



ZERO

INVESTIGATIVO

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2011 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC ANO XXIX, NÚMERO 4



Estresse ocupacional

Em Santa Catarina,
65,7% dos bombeiros
sofrem com a doença



Mídia & Polícia

Renato Hendges, delegado da DEIC, fala sobre o Jornalismo Investigativo

pág. 6

Saúde

Médicos se viciam em remédios como a morfina para combater a ansiedade

pág. 6

Segurança

Profissionais ganham mil reais para correr o risco de transportar milhões

pág. 10

Jornalismo investigativo e vitalidade democrática

“Há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade”, dispara o pesquisador Solano Nascimento, nas primeiras linhas de seu excelente *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigação no Brasil*.

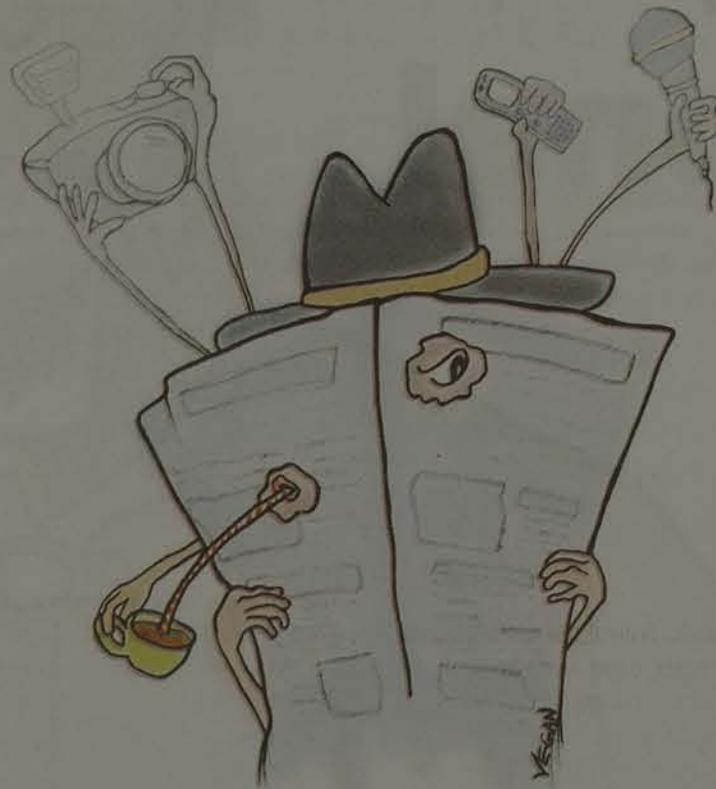
A distinção é um divisor de águas fundamental entre o jornalismo investigativo, cujo paradigma histórico contemporâneo é o “Caso Watergate” (reportagem canônica de Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, nos anos 1972/74), e um tipo de jornalismo, ancorado em dossiês, CPIs no Congresso Nacional e ações de controle e investigação de parte de órgãos como o Ministério Público, poderes Judiciário e Executivo, Polícia Federal, entre outros.

Este número especial do *Zero* - **II** buscou resgatar essa noção de jornalismo investigativo original, um modelo de reportagem no qual o profissional elabora suas próprias informações,

baseados em métodos e técnicas de investigação tipicamente jornalísticas. Onze pautas foram produzidas pelos repórteres do *Zero*. O resultado desse trabalho os leitores podem conferir nesta edição.

Os temas, balizados pela relevância e interesse público, obedecem à visão clássica desse tipo de apuração. Há quem diga que o jornalismo investigativo seria a “primeira vítima” da “revolução digital”, sobretudo nos EUA. Mas um olhar mais atento sobre o cenário local e mundial pode revelar uma “outra realidade menos morta”.

Em um mundo no qual 45% dos seres humanos - cerca de 2,8 bilhões, pelos dados da ONU - ainda estão condenados a viver na miséria, com menos de três reais por dia, o papel do jornalismo investigativo continua sendo vital para o desenvolvimento humano e os avanços democráticos.



Jornalismo Investigativo

ZERO NO TEMPO

É leitor, nesta edição você não vai encontrar uma capa que marcou a história do *Zero*. Parafraçando o ex-presidente, “nunca antes na história” do curso de Jornalismo da UFSC houve uma disciplina como a que produziu esta edição, a de Jornalismo Investigativo. É a primeira vez que se elabora um projeto como este. Foram poucas vezes que o jornal *Zero* teve uma edição direcionada para uma disciplina que não a do próprio Jornal Laboratório. Houve, claro, colaborações. Como ao longo destas três últimas edições, em que alunos de Redação VI enviaram suas matérias e de Fotojornalismo III fotografaram. Os alunos da disciplina fecharam o semestre passado trabalhando para entregar este jornal agora, iniciando a segunda

parte do ano. Fizeram o possível para transformar esta edição única em algo inesquecível. Uma capa que vai aparecer, daqui a alguns anos, nesta parte do *Zero* no Tempo. Espera-se, agora, que mais vezes o *Zero* mostre o trabalho dos alunos de Jornalismo Investigativo, uma disciplina que tem tudo para dar certo. Isso graças ao trabalho coletivo, porque o exercício desse tipo de reportagem é um trabalho de equipe, para qual convergiram os esforços dos alunos, alunas e do professor da disciplina. Então, aproveite leitor, pois este jornal está com cheirinho de novo. E não é só porque acabou de sair da gráfica.

Os editores

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXIX - Nº 4 - Agosto de 2011
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 20 de julho

Curso de Jornalismo - GCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-9490/ 3721-6599

REPORTAGEM Bárbara Dias Lino, Carolina Dantas, Carolina Franco, Dirk Ruhland, Géssica Silva, Giovanna Chinellato, Jéssica Trombini, José Fontenele, Luiza Fregapani, Mariana Chiré, Mariana Della Justina, Patrícia Pamplona, Tullio Kruse, Vinicius Schmidt, Wesley Klimpel **EDIÇÃO Texto** Alécio Clemente, Berenice dos Santos, José Fontenele, Mariana Chiré, Mariana Della Justina, Vinicius Schmidt, Wesley Klimpel **Fotografia** Géssica Silva, Mariana Della Justina, Patrícia Pamplona **EDITORAÇÃO** Carolina Dantas, José Fontenele, Patrícia Pamplona, Vinicius Schmidt, Wesley Klimpel **FOTOGRAFIA** Carolina Dantas, Carolina Franco, Dirk Ruhland, Giovanna Chinellato, Mariana Della Justina, Marcos Medeiros, Patrícia Pamplona, Tullio Kruse **INFOGRAFIA** Giovanna Chinellato, Mariana Chiré, Rodrigo Eller **ILUSTRAÇÃO** Giovanna Chinellato **ILUSTRAÇÃO DE CAPA** Rodrigo Eller **PROFESSOR-COORDENADOR** Samuel Pantoja Lima MTb/SC 00383 **MONITORIA** Wesley Klimpel **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **CIRCULAÇÃO** Nacional **TIRAGEM** 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set
Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92
e 98)

Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Sobre a chargista

Giovanna Chinellato é estudante da quarta fase do curso de Jornalismo da UFSC. Para entrar em contato com a autora escreva para o e-mail giovanna@chinellato.com.br.



UNIVERSIDADE

BOA FÉ

“Parte-se do pressuposto que os alunos trazem documentos originais e dizem a verdade”

Benefícios da PRAE são passíveis de falsificação

Concessões podem ser burladas por quem não necessita delas

O cadastro sócio-econômico aplicado pela Coordenadoria de Serviço Social (CoSS), órgão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFSC, é vulnerável à fraude e omissão de informações por parte dos alunos inscritos em programas de auxílio financeiro. Há casos de benefícios como Bolsa Permanência e Auxílio Moradia concedidos a estudantes que burlam o sistema, pois a veracidade dos dados não é conferida pelo órgão.

Mirelli Pospichil Rios recebeu Bolsa Permanência indevidamente por seis meses, no valor total de R\$ 2.184. Ela desrespeitou a primeira condição necessária para se candidatar à bolsa: o aluno não pode ter concluído nenhum curso de graduação. Mirelli, formada em Serviço Social pela UFSC, em 2007, já havia se inscrito em vários concursos públicos que exigiam curso superior completo nas prefeituras de Brusque, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Florianópolis e até na própria UFSC. No entanto, matriculada no curso de Letras Português a partir de 2010, a estudante trabalhou no Núcleo de Publicações, do Centro de Ciências da Educação, recebendo a bolsa de setembro do ano passado até março de 2011.

O trabalho foi interrompido quando Mirelli percebeu que o pagamento não estava creditado em sua conta no mês de março. Ao buscar informação na PRAE, soube que corte foi em função de uma denúncia na ouvidoria da universidade, revelando sua formação em serviço social. A estudante assegura que não sabia que o diploma a desclassificava para o recebimento da bolsa. Além disso, alega que o assunto não foi discutido nas entrevistas realizadas durante a inscrição. “Se existe alguma irregularidade, o aluno deveria ser chamado para conversar, e não deveriam simplesmente cortar a bolsa sem aviso”, defende a professora Sylvia Maria Carneiro, coordenadora do projeto no qual Mirelli trabalhava.

Cadastro é fraudado

Durante a inscrição nos programas, o candidato apresenta à coordenadoria apenas parte do salário real recebido pelos pais ou responsáveis. Os estudantes se

aproveitam do fato de muitas empresas declararem, na folha de pagamento, valor menor do que é realmente pago aos funcionários. Além disso, os pais podem ter outro emprego ou fonte de renda que não é informada pelo aluno à CoSS.

Em Ituporanga, interior de Santa Catarina, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) pagava R\$ 800 por mês a funcionários que trabalhavam no serviço de proteção ao crédito. O valor na folha de pagamento era de um salário mínimo - atualmente a R\$ 545. Dessa forma, o empregador tem menos despesas trabalhistas, como o INSS e FGTS. A informação é de um ex-funcionário da CDL.

Desde 2008 a Receita Federal não emite comprovante de isenção de renda, o que ajuda os estudantes a burlar o cadastro sócio-econômico. Se o aluno levar um documento informando receber menos que R\$ 1.873 por mês e a declaração à Receita dos responsáveis não é entregue, a CoSS deduz que o valor apresentado é todo o ganho, mesmo que os pais não sejam isentos.

Lílian Pereira, coordenadora da CoSS, salienta que não existe uma política de verificação das informações passadas pelo universitários. “Parte-se do pressuposto que os alunos trazem documentos originais e dizem a verdade”, justifica. Ao mesmo tempo em que entrega o cadastro sócio-econômico e os comprovantes de renda e despesa de todos os familiares maiores de idades, o aluno é entrevistado pelas assistentes sociais. A entrevista deveria confirmar os dados fornecidos e certificar que não há nenhuma pendência, mas estudantes afirmam que, na prática, isso não funciona.

Carro zero

A Moradia Estudantil, destinada a estudantes que não conseguem pagar o aluguel de um quarto em Florianópolis, é outro benefício passível de fraude. Os aprovados ganham a vaga até o fim da graduação, mas nem sempre continuam na mesma situação financeira. Fábio Queiróz, formado no curso de Jornalismo em 2011, foi um morador que saiu do alojamento da universidade de carro novo.

Em setembro de 2007, quando estava no terceiro semestre da faculdade, Queiróz conseguiu a vaga na moradia com o cadastro sócio-econômico. O então estudante de jornalismo passou em concurso público da Assembleia Legislativa, em fevereiro de 2010, para a vaga de operador de TV. Na época, o pagamento totalizava R\$ 2.125 por mês, incluindo auxílio-alimentação. A renovação do seu cadastro sócio-econômico, que acontece a cada dois anos para quem vive no alojamento, havia sido feita em 2009.

Os problemas começaram quando Queiróz comprou um Ford Ka 0km. Os coordenadores da moradia souberam e ele foi aconselhado a não entrar com o carro na moradia estudantil. “Depois, eu mesmo fui até a PRAE e expliquei que tinha passado no concurso público. Até recebi os parabéns”, conta. Ele também recebeu um prazo de três meses para arranjar outro lugar para morar.

PRAE em números

Os incentivos financeiros fornecidos pela PRAE, além da Bolsa Permanência e a Moradia Estudantil, incluem bolsas para cursos de língua estrangeira, isenção no pagamento de refeições no Restaurante Universitário (RU), isenção de taxas públicas e o Auxílio Moradia, que é fornecido a quem não consegue vaga no alojamento da Universidade. Todos têm o cadastro sócio-econômico como base para escolher os alunos que ganham os benefícios. Os documentos fornecidos só podem ser acessados pelas seis assistentes sociais que trabalham na coordenadoria, por uma questão de sigilo profissional.

Segundo a CoSS, a UFSC paga Bolsa Permanência a 1.040 universitários, enquanto 400 recebem o Auxílio Moradia, no valor de R\$ 200. A isenção de pagamento no RU é fornecida a 1.200 alunos. Hoje, com a greve dos servidores técnico-administrativos em universidades federais, estes estudantes recebem vale-refeição de até R\$ 15 por dia para almoço e jantar.

Fotos: Tulio Kruse



“Onde o jornalista não tem liberdade para escrever, não existe democracia”

Titular da Divisão Anti-Sequestro, há 21 anos, o delegado Renato Hendges aposta em trabalho conjunto com a imprensa

Renato Hendges tem 63 anos, dos quais 45 na Polícia Civil - e 28 como delegado. Atuando na Divisão Anti-Sequestro, desde 1990, Renato, como é conhecido, já atuou em diversas operações. Em 2005, trabalhou em conjunto com policiais gaúchos na Mampituba, investigação que prendeu 26 pessoas envolvidas com sequestro de gerentes de banco. Também esteve presente na liberação dos irmãos Jean Paul e Saul Brandalise, filhos do dono da empresa Perdigão, em 1988, e do comerciante Rida Mahmud Mohammad, em 2006. Ele condena crimes como pedofilia e sequestro, e acha que a imprensa é essencial à democracia, mas que precisa ter uma relação de confiança com a polícia. Hendges concedeu entrevista ao ZERO, em seu gabinete de trabalho na DEIC.

Hoje em dia, ao mesmo tempo em que a polícia consegue ter mais acesso aos bandidos, eles também conseguem se comunicar melhor, principalmente pela internet. Até onde a internet ajuda e até onde atrapalha a atuação da polícia?

Da mesma forma em que bandido tira proveito da tecnologia para a prática do crime e para se esconder, a polícia hoje também aproveita para solucionar crimes. Principalmente na área de homicídios e de medicina legal. É um dos fatores mais importantes. Se você encontra um corpo no sábado de manhã, 9 horas, o médico faz a necropsia, e tem condição de dizer, pelo estado de decomposição, se foi morto na quarta, na quinta ou na sexta. E aproxima o resultado pelo que ele tem no estômago.

O crime de pedofilia, hoje, é novo em razão da existência da internet, da rede de pedófilos, do avanço tecnológico. Esse crime não havia em um momento anterior. Mas antes, também, adultério era crime. Hoje, não é mais. Então tem coisas que vão mudando com o próprio comportamento e com a sociedade.

Atualmente, no Brasil, é muito difícil conseguir a interceptação telefônica, ainda que exista legislação a respeito. Como que a polícia faz para conseguir o mesmo da internet, mesmo que não haja lei específica?

De 1988 a 1996, ou seja, oito anos, não teve nenhuma lei sobre interceptação. Em 1996 sequestraram a filha do senador Luiz Estevão, em Brasília. No dia seguinte, foi instituída a lei 9.296, de interceptação telefônica, que só autoriza em caso de sequestro, de crime hediondo e de homicídio. Em outro artigo, todos são iguais perante a lei. Mas você pode ser vítima, todo dia, de ameaças por telefone de um camarada, e pela lei diz que não pode fazer a quebra de sigilo. Então, esse é o tipo de legislação que temos no Brasil. Aqui, em Santa Catarina, fizemos a primeira interceptação de celular no país. A primeira interceptação de MSN foi, com certeza, em 2003. Hoje existe a possibilidade, mas não se pode fazer. A internet é interceptável. Infelizmente não temos legislação que regule os crimes pela internet, e são milhões e milhões de prejuízos bancários. Hoje, os hackers que já sacaram milhões respondem por estelionato. No Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, entrou um artigo que diz que transmitir imagem de pedofilia é crime, mas não existe uma legislação de crimes. A nossa legislação é muito complicada.

No Brasil, temos uma legislação que é mais para proteger o vagabundo do que a vítima. Nos Estados Unidos, primeiro o preso tem que trabalhar para pagar a vítima. Isso nunca existiu aqui. Uma das coisas mais graves, por exemplo, é coação à testemunha. Ela não pode ser procurada nem pelo advogado. Agora não vai mais ficar preso quem ameaça testemunha, ou por formação de quadrilha, receptação de carros roubados. Ou seja, toda essa legislação que está sendo mudada é para beneficiar marginal. O sujeito completamente embriagado pode matar três e mesmo assim tem direito de não fazer o bafômetro.

A gente escuta muito, no jornalismo, sobre o repórter que se acostuma a ficar dentro da

redação, usando internet, telefone. Na polícia também tem isso? Vocês estão se acostumando a usar desses meios de comunicação para trabalhar?

O repórter, assim como o policial, tem que se relacionar, se não ele não tem informação. Os jornalistas só têm acesso se tiver uma rede. Porque, se não, não adianta. Tem que se expor, sem dúvida. Assim como um repórter na guerra, se não for ao campo de batalha não vai ter informação.

Qual a sua opinião sobre os jornalistas investigativos? Como que você avalia o risco da investigação, de ser ameaçado, ser procurado, assim como o policial?

Eu vejo, com muita preocupação, que o jornalismo não é totalmente livre. Tem que ter o equilíbrio entre a liberdade de imprensa, a responsabilidade, e o bom senso. E onde o jornalista não tem liberdade para escrever, não existe democracia. É por isso que a imprensa livre é um dos fundamentos do jornalismo. Imagina uma polícia política atuando? É imprescindível uma imprensa livre em um país democrático.

Tem muitos casos da imprensa acompanhar a polícia no momento de invadir residência, ou então na liberação de reféns. Como funciona quando o jornalista acompanha essas situações?

Cada um tem uma confiança maior em um ou outro repórter. Não dá pra chamar um batalhão, mas a polícia tem interesse em divulgar uma ação, até porque é em tempo real. O César Tralli [repórter da Rede Globo] é um dos repórteres bem relacionados, por exemplo. Tem outros que, na própria entrevista, não inspiram confiança, que querem ir além. Aquele do Domingo Espetacular [Marcelo Rezende] é bom, excelente, mas já passa da divisa. Um exemplo disso é o caso que envolveu o filho do diretor da RBS [Sérgio Sirotsky]. Foi comprada uma briga institucional. No meio disso tinha um pai, que infelizmente era proprietário de uma rede e do outro lado tinha uma rede concorrente. É esse jornalismo que eu condeno. O guri nunca negou. Não houve violência. A menina não colaborou, mas também bebeu. Os pais não sabiam onde ela estava, não sabia aonde ela ia quando saiu de casa. Infelizmente tem dessas coisas. O problema foi depois. Aí começou pau no delegado. O que deveria se fazer: registrar boletim, fazer ocorrência, tomar depoimento da vítima, chamar os pais, interrogar o acusado (que era outro menino). A delegada, querendo formar uma peça melhor no Ministério Público, pediu o laudo, mais isso e aquilo. Ela queria apurar melhor e isso demanda tempo. E a imprensa achocolhou tudo. Isso que eu condeno na imprensa.

E a imprensa já atrapalhou muito o seu serviço?

GRANDE MÍDIA

O que é condenável é a concorrência desnecessária



Receios

“Eu vejo, com muita preocupação, que o jornalismo não é totalmente livre”

Até hoje não. Eu sempre procuro ter um relacionamento de confiança com a imprensa. O repórter pode até estar sabendo, mas ele sabe também que vai prejudicar, que amanhã eu vou dar um pontapé nele. Porque darei prioridade a outro, em detrimento dele. O repórter tem que estar atualizado com a notícia. Em um sequestro, eu não deixo de informar. Se divulgar, não tem mais notícia para ele, e também não sobe mais na minha sala. Então tem que ter essa relação de confiança. Esse é o repórter esperto. Tem que ter afinidade entre imprensa e polícia. Isso é fundamental.

Está em evidência um tipo de jornalista mercenário, fazendo acusações sem provas, querendo faturar à base das manchetes, ao invés de fazer uma investigação séria. Qual sua opinião sobre isso?

Quando tem por trás a questão da concorrência, é condenável. Condeno absolutamente isso. Deixa de ter a sua verdadeira finalidade, que é informar. Se pegar todas as notícias que saíram a respeito da situação da RBS é condenável a todo exemplo. Eu atendi o Paulo Henrique Amorim, aqui, e você diz uma coisa e lá eles colocam outra, por causa do episódio envolvendo concorrência. Principalmente na televisão. Assim como, uma hora de um inocente na cadeia por erro policial é a pior coisa do mundo, a pior coisa que vocês podem ter é um jornalista quando erra a matéria. Porque, quem lê hoje ou assistiu a notícia, não vai ver amanhã o retorno.

Qual a principal característica que precisa ter para ser um bom investigador?

Tem que ter vocação e vontade, é claro. Ter só vontade não resolve, não é o indicativo mais essencial. Tem uma policial que eu considero a melhor do estado. Ela é inteligente, tranquila, coordena operações, tem vontade.

Fale sobre um caso difícil que teve nas mãos.

Tem casos absolutamente impossíveis de decidir. Teve um que a criança foi morta na esquina de casa indo para o colégio. Ela tinha 12 anos. Parou um Chevette ouro metálico, desceu, abriu a porta, pegou ela pelo braço e deu 2 tiros. Que motivo tem para matar uma menina dessas? E ela tinha um patrimônio já no nome dela, porque o pai tinha falecido, e a mãe não tinha direito à pensão, a nada. Mas, a duas quadras dali, dois elementos ficaram uma semana em um hotel, com um Chevette ouro metálico, sem placa. Saíram no dia do crime, às 5 horas da manhã. Furtaram a televisão e não pagaram a conta. A polícia identificou um deles como assaltante. Só podia ser ele, né? Pegamos o cara! Ele disse que “tudo isso eu fiz, menos matar criança. Eu fiz estelionato, passei cheque sem fundo, não paguei a conta, tudo isso aconteceu, mas na hora de matar a menina, eu estava no hotel. Estava almoçando, quando chegou um estudante de veterinária e sentou à mesa”. E a ficha dele dava a saída às 5h30 da manhã, na quinta-feira. “Mas quinta-feira eu estava almoçando no hotel”. Ele era dito como autor. Oito pessoas viram a execução. A cor do carro era a mesma, sem placa. Só que o suspeito afirmava que estava almoçando. Localizamos então o estudante de veterinária. “Realmente ele estava sentado comigo. Eu vi a



morte indo para a faculdade. E ele, meio-dia, estava no restaurante e eu contei a história”. Eu liberei esse cidadão. Levei para fora da cidade, porque iam linchar. E um mês depois descobrimos o verdadeiro assassino. A mãe tinha contratado, mandou matar a própria filha, por causa da herança. Vieram dois elementos de Passo Fundo, mataram e foram embora. Onde eu tive certeza? O álibi. Ninguém mata saindo do hotel, às 5h30, vai na esquina e volta pro hotel. Isso é uma coisa que não combina. E, na verdade, eles saíram na sexta-feira. O menino da recepção embolsava uma diária, e colocou a saída um dia antes.

Outra característica de um bom investigador é, em momentos de perigo, ter habilidade com armas?

A questão da arma é uma questão de bom senso. Ela não combina com bebida. Se eu for me divertir, não é conveniente deixar dentro do carro. Arma é um instrumento que você, em uma fração de segundo, tem que decidir se usa ou não. Eu já vi casos em que o policial atirou e não deveria ter feito isso, mas também não haveria nenhuma outra possibilidade de exigir uma conduta adversa. Em todas essas operações que eu fiz, não houve nenhum disparo. Se eu sei que o camarada está dentro, armado, prefiro cercar, usar estratégias, e ligar dizendo “sai que a polícia está chegando”. Ele sai e acaba sendo preso. Muitas vezes se usa dessas técnicas. Mas já houve também confrontos, sem dúvida alguma, em outras operações. A pessoa tem que estar muito bem preparada e com a arma adequada para aquele momento. Tem aquele famoso caso do ônibus no Rio de Janeiro em que estava o sequestrador com uma refém dentro. Ele saiu e o policial foi atirar com uma metralhadora [*O sequestro do ônibus 174, em junho de 2000, virou documentário de mesmo nome*]. Então, o uso da arma muitas vezes é o fator de sucesso de uma operação, de salvar alguém, mas também o seu uso inadequado pode causar uma calamidade dessas.

Qual foi o pior caso em que você já atuou?

O mais repugnante é pedofilia, sem dúvida alguma. O segundo é quando a vítima sofre violência sexual. Como no último caso de sequestro que eu atendi, de uma menina de 13 anos, em dado momento eu perguntei se o cara tinha “mexido” com ela. No interior

se pergunta se “mexeram contigo?”, e não se “te estupraram?”. E ela levantou o rosto, correu uma lágrima, e não precisou nem dizer. Na questão do latrocínio, de matar alguém quando está roubando, vai ficar uma saudade, mas daqui a pouco passa. O que mais causa sequelas emocionais é o sequestro, de ficar no cativeiro 60 dias, e a questão da violência sexual, porque traumatizam para a vida inteira.

Como funciona o trabalho psicológico do policial, já que tem que tratar de casos assim diariamente?

O policial é o profissional que mais tem estresse hoje, reconhecidamente, aqui no estado de Santa Catarina. É salário, condições de trabalho. Depende do perfil de cada um, da saúde mental, da saúde física. Eu procuro tirar proveito das pessoas com quem eu convivo. Eu tenho uma pasta ali, só da turma que eu atendo aqui. Tem umas doideiras com que eu falo. Uma senhora é possuída pela máquina quântica da NASA, a outra precisa de proteção, e a gente deixa uma viatura invisível na esquina.

Você chega a acompanhar os casos depois da prisão, para saber se o condenado continua preso?

A polícia atua até o momento da prisão. Quem prende não pode ser responsável pela ressocialização do preso. Todo criminoso tem que ter a oportunidade de voltar. Eu acompanho a família, não o preso. Eu tive caso de preso me procurar, depois, e dizer que fui humano, fui duro, mas que tratei com respeito, principalmente a família. Isso é muito importante. Vi muita gente, por esse motivo, sofrer vingança do preso depois. O preso também é um ser humano.

Como fica a vida pessoal?

Na verdade você fica sacrificado na vida familiar. É operação, ficar dias fora. É onde o policial mais sofre, mas faz parte do pacote.

PROFISSÃO

Para o delegado, vocação e vontade são essenciais para um bom investigador

Crimes

“O mais repugnante é pedofilia, sem dúvida alguma. O segundo é quando a vítima sofre violência sexual”

José Fontenele, Patricia Pamplona, Vinicius Schmidt, Wesley Klimpel
j.fontenele@yahoo.com.br
patipamplona3@gmail.com
viniufsc@gmail.com
wesleyklimpel@gmail.com

Drogas no meio hospitalar

Vício em calmante e morfina é 1641% maior na classe médica

Médicos também sofrem com o uso de drogas. A grande diferença está no tipo que eles utilizam. Uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 2005, avalia que 38% dos profissionais dependentes químicos utilizam remédios para ansiedade, chamados benzodiazepínicos, e os opiáceos - para o alívio da dor, como a morfina. Enquanto isso, nos números gerais, somente 2,6% dos dependentes brasileiros são por essas drogas, enquanto o álcool é responsável por 50%. Esses dados são do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas, também de 2005.

Como a discussão sobre médicos dependentes químicos pode facilmente transformar-se em motivo para exclusão no meio profissional, Francine Lima Gelbcke, diretora de enfermagem do Hospital Universitário (HU), avalia que há pouca discussão desse tema entre a classe. "O assunto é muito velado dentro do hospital, e por isso não aparece entre profissionais de saúde", revela. De fato, o estudo da Unifesp é inédito no Brasil. Além de defasadas, as pesquisas sobre o assunto, na área de saúde, englobam somente alunos de medicina e enfermagem no período de graduação, e nem todos os estados fazem isso. A psicóloga Daniela Schneider, especializada na área de drogas e transtornos do trabalho, explica que "os médicos e enfermeiros têm mais acesso à informação, estudam o problema, mas não reconhecem o erro, e o conhecimento não é suficiente para quem já está no meio. Há a possibilidade, então, que esse número seja maior".

Francine destaca que o profissional dificilmente admite a dependência, mas pode apresentar indícios que fazem pensar em drogas. "Às vezes ele falta ao trabalho, tem dificuldade no nível de atenção, então eles [os outros médicos e superiores] chamam e perguntam qual o problema, e mandam para um psiquiatra quase sempre". Ou seja, há no meio uma constante investigação mútua para notar se o profissional de saúde não se tornou um dependente químico, baseado no que foi aprendido anteriormente sobre os efeitos gerados pelas drogas. A mesma recomendação é feita pelo Conselho Regional

de Enfermagem em Santa Catarina (COREN/SC). Denunciar um colega com um processo ético é uma das formas do Conselho ajudar na procura de um tratamento. As outras duas maneiras são quando o profissional aceita o problema e procura ajuda, e quando ele causa dano ao ambiente de trabalho. Como a falta de discussão entre os profissionais é perceptível, uma lacuna também é pouco explorada - a origem da dependência.

Daniela avalia: o uso de drogas foi sempre multifatorial e "depende do tipo de vida, do tipo de trabalho [estressante ou não], da história, propensão, do trato com a droga, se no trabalho ele tem fácil acesso e que tipo de função o entorpecente desempenha na vida do usuário". Para ela, o profissional da área da saúde tem especificamente dois problemas como causa de dependência química: a carga grande e estressante de trabalho e os medicamentos à mão.

As causas podem ser explicadas a partir do sistema de médicos residentes. Cada um deles, dependendo do ano de residência (primeiro, segundo e terceiro) tem uma carga horária diferente, de forma que, quanto mais tempo de residência, menos horas de trabalho. Melina Gil Thomé, médica residente de primeiro ano do HU, tem uma carga horária semanal de 60h, com pelo menos dois plantões de 12h. Melina conta que não percebe um grande uso de drogas. "É um abuso esporádico, pois o cara quer ficar 36h acordado, daí ele toma alguma coisa, mas nada problemático", observa. A gaúcha esclarece que tanto no Rio Grande do Sul como aqui em Santa Catarina é comum o uso de anfetaminas - drogas sintéticas estimulantes da atividade mental. "É uma modinha entre os médicos para estudar ou ficar acordado, fazer plantão".

O acesso aos medicamentos é o outro fator que influencia na dependência de drogas e, nesse quesito, cada vez mais os hospitais tendem a delimitar o número de funcionários que manipulam os remédios, relata Francine. "O controle está cada vez mais restrito. Se não houver fica fácil de fazer um desvio, principalmente psicotrópicos". Além disso, os médicos também recebem novos medicamentos. Maria Fernanda, residente de segundo ano do HU, conta: "Nós ganhamos amostra grátis de clínicas

novas, com fórmulas diferentes. Depende do médico aceitar e usar".

Terapia

O tratamento para a dependência química é uma discussão sobre a função da droga na vida da pessoa, na visão de Daniela. "No caso dos médicos, o uso de substâncias psicoativas desempenha principalmente a função de aliviar o estresse. O médico sempre lida com doença, morte, sofrimento, em condições geralmente precárias. Um trabalho de pressão". Segundo a psicóloga, o tempo médio de tratamento varia bastante, e os fatores que influenciam são: aceitação do problema; tipo de droga; nível de dependência; e qual o método adotado.

As Comunidades Terapêuticas (CT) são responsáveis por um dos tratamentos utilizados. As CT são ambientes que se dedicam à recuperação psicossocial por meio da convivência do dependente com outras pessoas que têm o mesmo problema. Amarildo Maçaneiro, chefe de enfermagem da CT Lar Recanto da Esperança, no Rio Vermelho, recorda que antigamente, o vício era entendido como um problema de saúde mental. "O tratamento era só remédio, trabalho e trabalho. Em 2001 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) mudou a forma das CTs trabalharem por entender que dependência química é uma doença. Hoje nós funcionamos com o tripé constante de trabalho, disciplina e oração". Ou seja, há um viés religioso nesse tipo de terapia.

O modelo de tratamento em vigor desde 2001 prevê intervenções pessoais e sociais, atribuindo funções, direitos e responsabilidades ao indivíduo dependente, em um ambiente seguro quanto ao consumo de álcool e drogas. Maçaneiro acrescenta: "Aqui, por exemplo, nós adotamos um método de nove meses. Aos poucos o paciente vai se reinserindo-se na sociedade. No nosso caso, após o oitavo mês o deixamos visitar a família na própria casa".

José Fontenele
j.fontenele@yahoo.com.br

Giovanna Chinellato

Encoberto
"O assunto é muito velado dentro do hospital e por isso não aparece entre profissionais da saúde"



Sistema confuso de saúde

Demora no atendimento e falta de informação complicam a vida de quem precisa de atendimento médico na Grande Florianópolis

Adriana Teresina da Rosa, 38 anos, é mãe de uma adolescente grávida. A filha, hoje com 16 anos, escondeu a gravidez até os seis meses e meio, e só então começou o atendimento pré-natal, na Unidade Básica de Saúde (UBS) dos Ingleses. A primeira consulta foi no dia 10 de maio e uma ultra-sonografia era necessária o quanto antes, mas, através do Sistema Único de Saúde (SUS), só haveria vaga em dez dias. "A gente não podia esperar. Ela teve que fazer em uma clínica particular e custou R\$ 80". Alguns dias depois do ultrassom, a adolescente foi diagnosticada com infecção urinária. A mãe a levou para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do norte da ilha, em Canasvieiras, mas mesmo assim não conseguiu um médico. "Eles disseram que não poderiam atendê-la, e pediram que eu a levasse para a maternidade Carmela Dutra", reclama.

Diferentemente das consultas agendadas, Adriana comenta que o atendimento pré-natal foi rápido. Após a primeira consulta, os retornos podem ser marcados no posto e também por telefone. Assim que abrem vagas é feito o encaixe na agenda. "Nunca tem no mesmo dia, mas depois de dois ou três eles conseguem". Como a filha de Adriana é gestante e menor de idade, o atendimento é prioritário, mas a situação é diferente para aqueles que não têm casos de urgência. "Na UPA, você chega às oito e vai ser atendido às onze da manhã. Mesmo com dor vai ficar esperando muito", relata Adriana.

Este foi o caso de Rita de Cássia Silva, que, no ano passado, fez um corte profundo no dedo. Dirigiu-se ao posto de saúde mais próximo de sua residência, na Lagoa da Conceição. O local estava fechado, pois era sábado de manhã. Assim, deslocou-se até a UPA no Rio Tavares, que estava bastante movimentada, e teve de esperar duas horas. "Eu mesma poderia ter feito aquele curativo e o tempo de espera foi grande. Eu pensei em ir embora sem ser atendida", desabafa.

O SUS tem o objetivo de garantir acesso gratuito da população a médicos e hospitais. Foi criado em 1988, pois antes disso a saúde nem era considerada um direito social. Vinte e três anos depois, o SUS continua em implantação e apresenta muitos problemas. Uma dúvida é comum aos usuários: para onde a pessoa deve se dirigir quando passa mal ou em casos de acidentes. As opções mais lembradas são os postos de saúde, as Policlínicas da cidade ou o Hospital Universitário (HU).

Como acessar o Sistema

Existem em Florianópolis 49 Unidades Básicas de Saúde (UBS), quatro Policlínicas e duas Unidades de Pronto Atendimento. As UBS possuem 104 equipes médicas de saúde da família, e cada grupo é composto por uma média de dez profissionais, incluindo, entre outros, um enfermeiro e um dentista. "A Policlínica não é porta de entrada. As pessoas devem ser encaminhadas. O ideal é que todo atendimento seja feito no posto de saúde mais próximo da residência" enfatiza o médico Iberê do Nascimento, da Diretoria de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Saúde.

O paciente que precisa de atendimento deve se dirigir a uma das UBS, de preferência às 8h ou às 13h, onde será acolhido por uma enfermeira, que fará a triagem e marcará uma consulta com o médico da família. Esse encontro deve ser feito no mesmo dia, no mais tardar em uma semana, caso não seja urgência.

De acordo com o diagnóstico e o quadro apresen-



tado, o médico possui algumas possibilidades de encaminhamento, que pode ser para um dos especialistas das Policlínicas, para as UPAs ou para o HU. O próprio paciente marca a consulta, ainda no posto de saúde. Um dos recepcionistas da Unidade Básica de Saúde da Trindade, que pediu para não ser identificado, afirmou que o tempo de espera pode variar de um mês, para exames mais simples, até um ano, para especialidades como endocrinologia e dermatologia.

Os exames de imagem (radiografia, ressonância magnética e tomografia) são encaminhados principalmente para o Hospital Universitário. Rosilete Pacheco, recepcionista do Setor de Radiologia do HU, explica que foram feitos cerca de 4,7 mil exames no mês de maio de 2011. Aos sábados e domingos são realizados apenas os de emergência. Além de Florianópolis, o hospital atende também pacientes de outras cidades do estado.

Já os casos de urgência, que não são atendidos nas Policlínicas, são encaminhados para uma das Unidades de Pronto Atendimento, que funcionam 24 horas - uma no Sul e outra no Norte da Ilha - e possuem inclusive o serviço de cirurgias de baixa complexidade, como retirada de cistos. Porém, nos casos mais graves, os pacientes são encaminhados para o HU e à Maternidade Carlos Corrêa. "Na maternidade atendemos as cirurgias com maior demanda", esclarece Nascimento.

Faltam médicos

A procura por atendimento e serviços médicos nas Policlínicas revela o tamanho do sistema público de saúde. Em 2010, foram registrados cerca de 90 mil procedimentos na do Centro; 60 mil na do Continente, 40 mil na do Sul e 38 mil na Policlínica do Norte. Isso gera uma grande demanda. No caso de cardiologistas, por exemplo, calcula-se a necessidade de nove para 420 mil habitantes, e, atualmente, existem apenas

seis trabalhando nas Policlínicas da cidade. Esses profissionais atendem toda a região metropolitana, que conta com mais de 1 milhão de habitantes. E, como os médicos são selecionados por concurso público, a demora entre a abertura do edital e a contratação pode levar um ano.

André Motta, gerente de urgência e emergência, comenta que a equipe de médicos não está completa, "principalmente nas Unidades Básicas de Saúde, onde há em torno de 90 profissionais para as 104 equipes". Além disso, algumas das especialidades não são encontradas em todas as policlínicas. "Ainda não há sistema de distribuição de especialistas, e os médicos atendem a todo o município. Então pode acontecer de ter apenas dois de determinada área para trabalhar nas quatro policlínicas", observa Nascimento.

Apesar da alta procura, a desistência de consultas de 2010 foi em torno de 20 a 25%. As principais razões são: distância da residência até a policlínica e dificuldades na confirmação da consulta. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, esta porcentagem está na média, se for comparada à desistência nas clínicas particulares.

Luíza Fregapani e Mariana Della Justina
luizafrega@gmail.com
marianadellajustina@gmail.com

DEMANDA
Na região metropolitana, apenas seis cardiologistas atendem a um milhão de pessoas

Estresse compromete o trabalho dos bombeiros no Estado

A doença que gera cansaço, ansiedade, nervosismo, insônia e perda de concentração está presente em seis de cada dez profissionais

As longas jornadas de trabalho, insatisfação com os critérios de promoção, falta de reconhecimento, de assistência médica e psicológica são alguns motivos que fazem 65,7% dos bombeiros de Santa Catarina sofrerem de estresse ocupacional. Os dados são de uma pesquisa realizada recentemente pela empresa BIOS, especializada em avaliação e desenvolvimento humano no trabalho. A doença, dependendo do grau, pode desencadear distúrbios emocionais graves, que prejudicam a capacidade dos profissionais de responder de maneira satisfatória às funções exercidas no trabalho. Foram entrevistados 2,6 mil integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Instituto Geral de Perícias, representando 15,23% dos 16,3 mil servidores da Segurança Pública de Santa Catarina. Entre as instituições pesquisadas, os bombeiros militares foram os que apresentaram o maior número de profissionais com sintomas da doença.

O soldado Edevaldo Medeiros, de Florianópolis, lembra quando ouvia um colega que, de tão estressado pela pressão no trabalho, chorava no banheiro minutos antes das ocorrências. Transtornos de humor, depressão, isolamento, cansaço e baixa auto-estima são algumas das consequências do estresse. "Só quem tem sangue de bombeiro na veia consegue resistir", desabafa.

O estresse ocupacional é classificado como um fator de risco às condições de saúde do trabalhador, pois altera o equilíbrio de suas funções fisiológicas e psicológicas decorrentes de grandes pressões no dia-a-dia. O organismo reage apresentando sinais de fadiga, ansiedade, irritabilidade, perda de capacidade de concentração e insônia. Essas reações podem ser reversíveis ou não, e reduzem significativamente a qualidade de vida no serviço, promovendo um estado desagradável e ameaçador ao bem-estar, segurança e auto-estima do trabalhador.

Deitado no alojamento, um dos bombeiros que estava de plantão no Estreito, em Florianópolis, reclamava de fortes dores nas costas. Os colegas relataram que a escolha por ficar no quartel, mesmo impossibilitado de trabalhar, é financeira. Pegar licença médica para fazer um tratamento implica na perda das horas extras que garantem o complemento do salário. Entre os motivos causadores de estresse, apontados pelos profissionais na pesquisa, essa necessidade de aumentar a renda aparece em primeiro lugar, com 74,5%.

A remuneração varia de acordo com a patente. Um soldado, por exemplo, recebe R\$1.600 sem horas-extras. Com o complemento no salário, eles chegam a ganhar cerca de R\$2.200. O regime de trabalho funciona em uma escala na qual eles trabalham 24h e teriam que descansar 48h, mas isso não acontece. Além das horas que cumprem no próprio quartel, muitos fazem "bicos" para aumentar o salário. Essa necessidade é citada na pesquisa por 40,6% dos que responderam como um dos fatores causadores de estresse. O bombeiro Xavier da Silva confirma: os "bicos" são realizados durante as folgas e ajudam, assim como as horas extras, a complementar a renda, mas diminuem o tempo de descanso.

Precárias condições de trabalho

As condições de trabalho às quais os bombeiros são submetidos é outro fator de adoecimento, aponta a pesquisa. Nos plantões, é rotina estarem com seis profissionais no quartel: três para o atendimento de incêndios e três responsáveis pela ambulância de



Auto Socorro de Urgência (ASU). O ideal seria o dobro para que fossem possíveis trocas durante o turno. As circunstâncias atuais fazem com que, nas 24 horas em que estão trabalhando, eles fiquem aguardando os chamados. Assim, se houver ocorrências durante todo o plantão, são os mesmos que irão resolver tudo. Em finais de semana, quando o número de acidentes de trânsito é muito grande, é comum isso acontecer.

Os bombeiros garantem que o número do efetivo diminuiu em razão dos processos de municipalização e descentralização no estado, além das aposentadorias e afastamento que acontecem naturalmente. Desde 2003, com a desvinculação dos bombeiros da polícia militar, começou a construção de novos quartéis. Foram instaladas unidades em 96 municípios de Santa Catarina, principalmente em cidades do interior, mas o número de profissionais contratados não acompanhou a demanda exigida. Para o coronel Marcos de Oliveira, o processo de descentralização em SC aconteceu para auxiliar o atendimento, já que, "quando mais perto das ocorrências, o deslocamento pode ser mais rápido, mas a quantidade de trabalhadores não é suficiente." Em relação ao tempo que muitas vezes levam para atender às ocorrências, o bombeiro e socorrista Valdir Lourenço Platen lamenta: "A população não consegue imaginar os motivos que nos levam a demorar cerca de trinta minutos para conseguir chegar a um incêndio ou resgate".

Hoje, 12 mil bombeiros atuam em todo o estado e, segundo o subcomandante do Comando Geral do Corpo de Bombeiros de SC, coronel Oliveira, há boas perspectivas de aumentar esse quadro de servidores.

Para os próximos dois anos, espera-se que 500 novos profissionais sejam formados, já previstos 146 deles até o final deste ano.

A insuficiência na frota de caminhões contra incêndio e ambulâncias frente ao grande número de ocorrências gera também situações de estresse e desgaste no trabalho dos bombeiros. A falta de equipamentos técnicos ou em condições precárias para a realização do trabalho são responsáveis por 35,5% das respostas. Assim como o número de profissionais nos plantões, o desejável seria o dobro de veículos no pátio. "Se acontecer dois ou mais acidentes em um mesmo local, caso o quartel daquela localidade não consiga atender, a solução será buscar ajuda dos bombeiros do bairro ou cidade vizinha mais próxima", revela o soldado Xavier.

A equipe da guarnição do Centro de Florianópolis tem em seu quartel apenas uma ambulância e um caminhão de combate a incêndio. A maioria das ocorrências é para atendimento com o ASU, e como os acidentes ligados a moto são diários, acabam causando o trabalho quase constante da ambulância durante o dia e à noite. São em momentos como o fim de tarde, por exemplo, que mais veículos fariam toda a diferença. Se dois acidentes grandes acontecerem ao mesmo tempo na mesma área de abrangência, veículos de outros batalhões são solicitados. Isso significa que a área de origem do carro deslocado ficará sem assistência. O soldado Xavier diz que, para operar de forma perfeita, seria necessário investir não apenas em mais caminhões e ambulâncias, mas também em novos equipamen-

tos para socorro, incêndio e segurança dos próprios bombeiros.

Na opinião do coronel Oliveira, o número atual de ambulâncias e caminhões nos quartéis não está entre os principais causadores de estresse no trabalho. "O estado segue um modelo moderno de distribuição da frota, com 168 ambulâncias, não podendo, nesse caso, prejudicar a atuação dos bombeiros. O que provoca o estresse é a grande demanda de serviço que eles diariamente enfrentam", contrapõe.

Dificuldades na carreira

Os desafios encontrados ao longo da carreira militar para alcançar uma melhor posição hierárquica podem se prolongar durante anos para aqueles que não têm nível superior. Na pesquisa que avaliou os níveis de estresse, 49,9% dos bombeiros citaram como motivos geradores da doença a "insatisfação com os critérios de promoção". Após 27 anos na patente de sargento, Pedro Paulo Neves Antunes, com o 2º grau completo, não consegue ver muitas possibilidades de ascensão na carreira. Os procedimentos de seleção e chamada para novos cargos são lentos àqueles que iniciaram sua carreira sem uma graduação.

A história do soldado Medeiros dentro do Corpo de Bombeiros, assim como a do sargento Antunes, é longa. Hoje com 38 anos de idade e 17 de profissão, Medeiros sempre ocupou a mesma patente e atualmente não vê muitas vantagens em ser promovido. A ascensão na carreira o levaria apenas à patente de cabo, representando o segundo posto na hierarquia militar e oferecendo uma melhora pequena de sa-

lário, cerca de 150 reais a mais. Para quem tem nível superior, os recursos para alcançar prestígio e um bom salário são maiores e mais rápidos.

O coronel Oliveira trabalha há 29 anos como bombeiro e chegou a essa patente porque, além do tempo de serviço, capacidades e especializações feitas, tem nível superior completo. Ele explica que ascender profissionalmente é mais fácil para quem fez faculdade. Desde o início deste ano se tornou uma exigência nos concursos. "Nos últimos oito anos as normas de ingresso de novos bombeiros passaram a garantir que eles possam atingir patentes maiores em menos tempo. Antigamente, o número de bombeiros que entravam e morriam soldados era muito grande". Para os profissionais quem faz parte do efetivo e não tem graduação, os critérios de ascensão estão previstos nos planos de carreira adotados desde 2006.

O remédio é sorrir

O soldado Diego Medeiros Franz mostra na ambulância uma caveirinha de plástico pendurada no espelho retrovisor. É um brinquedo feito por uma engrenagem de corda que, quando puxada, a faz produzir um som e mexe a boca como em uma gargalhada. "Quer ver que eu vou puxar e não vai dar dez minutos e vai ter uma ocorrência?", brinca Franz. O bom humor é marca registrada da maioria dos bombeiros. Na pesquisa, 72,2% dos profissionais registraram que a brincadeira entre os colegas de trabalho ajuda a enfrentar situações de estresse.

Para o psicólogo Roberto Cruz, usar do riso para combater o estresse tem o lado bom e o lado ruim. O senso de humor pode ser uma boa forma de enfrentamento, mas ajuda a mascarar os problemas. "Tomar consciência das causas do estresse no trabalho é o primeiro passo para prevenir a doença. Quando,

de tão envolvido no serviço, o profissional se torna alheio ao que acontece à sua volta, ele não consegue ver os problemas de fora e permanece sempre na mesma situação".

O Corpo de Bombeiros, na avaliação de Cruz, é a organização que melhor desenvolve estratégias para amenizar os impactos trazidos pela rotina estressante. Porém, os profissionais ainda apresentam níveis altos de exaustão. "Implantar projetos de saúde voltados para o monitoramento desse problema, dentro da instituição, é a melhor forma para prevenir e combater a doença". Nesse sentido, o coronel Oliveira afirmou que o Estado tem buscado prestar auxílio psicológico aos bombeiros através, por exemplo, do Programa de Gerenciamento de Estresse Profissional e Pós-Traumático (PROGESP), realizado pela Polícia Militar. Criado em 2007, o programa objetiva reduzir as fontes do problema, aplicando medidas de prevenção à doença.

Os resultados alcançados pelo Programa são positivos dentro da Polícia Militar. Porém, o coordenador do programa, capitão Darlan Novaes de Queiroz, refuta a informação de Oliveira e diz categórico: "Os bombeiros não são assistidos pelo programa". Novaes esclarece: isso acontece porque desde 2003 as duas instituições trabalham de forma independente. "Sou o responsável desde outubro de 2009 e nunca vi nenhum bombeiro participar das atividades do PROGESP".

Cruz confirma as informações de Novaes. "Projetos que ofereçam acompanhamento psicológico aos bombeiros e que garantam o controle e a manutenção dos sintomas de estresse profissional são ausentes na instituição". Ele defende a formação de Grupos de Saúde, visando a implantação de procedimentos de controle e prevenção da doença. "Desenvolver banco de dados de saúde, históricos de indicadores, estratégias de gestão e formulação de mapas de risco também são soluções para que o estresse ocupacional possa ser melhor trabalhado", propõe.

Bárbara Dias Lino e Mariana Chiré
barbaradiaslino@gmail.com
chiremariana@gmail.com

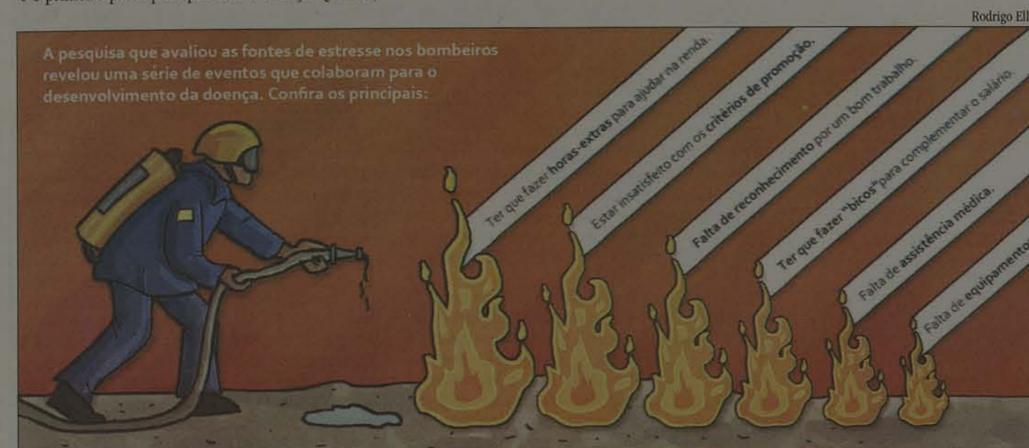
Exaustão
3,3% do efetivo apresenta o nível máximo da doença

Salário

Entre os motivos do adoecimento, a necessidade de aumentar a renda aparece em primeiro lugar, com 74,5%

Pessoal

Processos para descentralizar e municipalizar a instituição diminuíram o número de profissionais em cada quartel



APOIO
A organização não tem nenhum programa para gerenciar e prevenir o estresse



Milhões dentro do cofre e R\$ 1,1 mil de salário

Com 15 horas de jornada diária e risco permanente, vigilantes reivindicam melhores condições de vida e dignidade no trabalho

Dia 26 de janeiro de 1999, por volta das 16h40. O carro-forte teve de estacionar longe do banco, na Rua Tenente Silveira, Centro, por falta de local. Os assaltantes, armados, rendem a equipe e roubam todos os malotes. Na fuga, o motorista atira no carro dos bandidos e atinge o rosto de forma a cegar um deles. O carro é abandonado no Centro da cidade, cheio de sangue. Dois anos depois, a quadrilha é presa no Rio Grande do Sul. O reconhecimento é feito pelos vigilantes para a Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC). Na audiência, que condenaria os assaltantes, as vítimas negam conhecer aqueles homens, sentados a sua frente. Um dia antes, o advogado dos assaltantes havia ido à casa de cada um dos vigilantes e ameaçado as suas famílias. A resposta da empresa ao pedido de ajuda foi simples: "são ossos da profissão".

e tiram a gente do carro, além de abrirem o cofre", relata Júlio Maranhão, da Prosegur – empresa transportadora de valores. O dinheiro fica preso na traseira do veículo em um cofre, que abre apenas por satélite (ou a força), via rádio, com comando do chefe da equipe de vigilantes.

O transporte é feito com todos na parte de trás do carro, e apenas o motorista observa o trânsito. Ao estacionar no local de entrega, o primeiro procedimento é fazer uma checagem rápida de perímetro, apenas o motorista, com os olhos. "Já peguei um pessoal com comportamento estranho uma vez, era nove da manhã. Mandei todo mundo ficar no carro, por que dois caras de terno estavam no caixa eletrônico, e eu vi um [carro da marca] Audi, preto, no outro lado da rua. Entrei em contato com a central pelo rádio, e descobri que a placa era fria. Se a polícia não tivesse demorado

oito dias, mais de 90% da categoria ficou paralisada, até que em 1º de março, empresas e vigilantes entraram num acordo. Após três tramitações no Ministério Público, uma no Ministério do Trabalho e outras três no Tribunal Regional do Trabalho, a grande maioria dos pedidos foi atendida. A principal reivindicação era o fim do Banco de Horas.

Sobre o panorama nacional, José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Transportadores de Valores (CNTV), não acredita que haja uma diferença salarial expressiva entre os estados brasileiros: "Em alguns casos constata-se situações piores (jornada excessiva e insegurança), sem contar a quebra de empresas com violação dos direitos dos trabalhadores e enriquecimento ilícito dos seus donos, que não difere do restante do país".

A carga horária de um vigilante varia entre 14 e 15 horas, trabalhando dentro do carro. A lei brasileira prevê um descanso mínimo de 11 horas entre períodos, além de remuneração por horas extras de serviço. O Banco de Horas funciona como um sistema de reposição de tempo: o vigilante trabalha duas semanas seguidas com carga excessiva, e folga outras duas, tendo apenas 4 horas diárias. Outra reclamação é em relação aos carros, que chegam a 40 graus de temperatura no seu interior, em dias de verão. O pedido era por ares-condicionados, que já começaram a ser instalados. Os salários dos vigilantes foi questão central na mobilização e resultou num aumento de 10%, após a greve, elevando o piso de R\$ 996 para os atuais R\$ 1,1 mil. O Sintravasc encarou esse fato como uma vitória.

Apesar das melhorias conquistadas, Maranhão não se contenta em parar. "Pouco a pouco vamos melhorando, mas a situação ainda é ruim." Se comparada ao Paraná, por exemplo, a remuneração catarinense é baixa: cerca de 35% de diferença. Uma das lutas no Brasil é a instituição de um piso salarial nacional, criando uma condição unificada de trabalho. "A gente gostaria, também, de ter as mesmas condições de outros países onde a Prosegur trabalha", relata Maranhão, sobre a empresa de origem espanhola. Fora do Brasil, mas ainda na América do Sul, não é difícil encontrar situações complicadas. No Uruguai e no Chile, por exemplo, os vigilantes chegam a trabalhar com fardas rasgadas e armas estragadas.

Além desses problemas, os transportadores ainda sofrem com demissões. A empresa de transporte de valores Brinks demitiu, logo após a greve, 80 funcionários, pelos mais diversos motivos. Após recurso no Tribunal Regional do Trabalho todos foram reintegrados à empresa, por ter sido a greve o motivo real das demissões. "Temos casos, por exemplo, de uma menina que teve lesão por esforço repetitivo (LER) trabalhando na tesouraria da PROSEGUR, e tentaram demitir ela para não dar invalidez. Ela não consegue pentear o cabelo sozinha por causa da LER", denuncia Maranhão. A reportagem do ZERO conversou com Delmar Estigaridia, supervisor de filial da Brinks, que não foi autorizado a responder em nome da empresa.

A Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) fez uma vistoria pelo Brasil, analisando as condições de trabalho de empregados da Prosegur. O resultado foi uma multa de R\$ 40 mil. A empresa também não respondeu à reportagem do ZERO.

Tipo de Arma	Calibre em milímetros	Calibre em milésimos de polegada	Proteção de colete	Proteção de carro-forte
 Pistola 9 mm	9 mm	360	✓	✓
 Pistola "trezoitão"	9,5 mm	380	✗	✓
 Fuzil "762"	7,7 mm	308	✗	✓
 Espingarda "calibre 12"	18,5 mm	740	✗	✓
 Fuzil "50"	12,7 mm	500	✗	✗

Fonte: Banco de Dados do Inocenti

*Mesmo com calibre menor que a espingarda, o Fuzil "50" é mais potente

O crime faz parte do cotidiano dos profissionais que atuam nas empresas de transporte de valores em Santa Catarina. A proteção do dinheiro é feita por quatro homens. Na frente um motorista, atrás dois vigilantes e um chefe de segurança. O poder de fogo é composto de duas armas: uma pistola "trezoitão" guardada na cintura dos três que vão junto do dinheiro; e uma espingarda calibre 12 sempre a postos, ou nas mãos dos vigilantes ou no colo do motorista. No peito de todos um colete à prova de balas, resistente a pistolas 9mm.

O carro-forte por si também é bem guardado. Na parte de fora, uma blindagem nível cinco, que suporta até fuzis de calibre .762, o que protege contra as mais comuns do mercado. Equipamentos mais devastadores, como metralhadoras de calibre 50 ou os lança-mísseis podem passar pela estrutura de proteção do veículo. "É bem comum usarem explosivos C4, que rasgam o carro ao meio! Assim eles aproveitam

40 minutos para chegar, os caras estariam presos", recorda Maranhão.

Normalmente são ex-militares e policiais que trabalham no transporte de valores. O treinamento de futuros vigilantes é de duas etapas: 15 dias de para o trabalho de vigilantes, e seis meses de preparação com exercício de tiro, estratégias de combate e pilotagem.

Situação ruim

O salário que recebem os responsáveis pelo transporte de valores atualmente é de R\$ 1,1 mil reais em Santa Catarina. Em outros estados, como São Paulo, um chefe de segurança ganha algo próximo de R\$ 3 mil para fazer o mesmo trabalho. Em fevereiro deste ano, o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Valores de Santa Catarina (Sintravasc) iniciou uma greve em todo o estado, para reivindicar aumento salarial e melhoria nas condições de trabalho. Durante



Giovanna Chinellato

CRIME

NÚMEROS DA
POLÍCIA

De janeiro a abril, houve 189 ocorrências no estado, das quais 19 foram no morro do Pantanal, na Capital

A farra do boi não acabou

Governo tenta abolir, mas a tradição continua maltratando animais

Mulheres, cerveja, som alto, motocicletas. Semana Santa. Governador Celso Ramos ferve. “Cadê o boi, cadê o boi?”. Não tem ainda. São 22h, e o animal só vai chegar às 3h da madrugada num caminhão frete. O motor ronca acelerado, os pneus chiam, a carreta pula de um lado para o outro. Para desapontamento da multidão que se perde de vista, logo que desce a rampa o animal dispara para o mar. Está escuro, ouve-se batidas na água por alguns minutos e, então, silêncio. Alguém aparece correndo com uma lanterna, mas o boi, senão afogado, está fora do alcance do feixe de luz. “Vai achar só boiando, ou quando matar uma mulher por aí.” A multidão deixa com desgosto o terreno ao redor do veículo e volta a se aglomerar na praça de Ganchos. A festa segue, sem boi.

A Farra do Boi é crime em Santa Catarina desde 1997, pelo recurso extraordinário 153.531-8/SC. A partir de fevereiro de 1998, ficou proibida também pela Lei Federal 9.605. O Comando Geral da Polícia Militar, em conjunto com a ONG Ecosul, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), o Ministério Público e a Secretaria de Desenvolvimento Regional articularam todo um procedimento de combate à farra, válido para o estado: recebida a denúncia, um policial vai até o local verificar a ocorrência. Caso seja confirmada prática de maus-tratos, os responsáveis são levados para detenção e o animal é recolhido pela CIDASC. Os funcionários do órgão devem então conferir a procedência pelo brinco de identificação. Porém, como o boi de farra normalmente tem o identificador retirado para dificultar o rastreamento, é abatido para evitar disseminação de doenças.

A “farra” consiste em perseguir o boi, normalmente um novilho ou vaca, até a exaustão. O animal é solto na rua ou, para que não escape, em currais fechados, os mangueirões. Em farras mais violentas, chega a ser espancado, esfaqueado e mutilado até a morte. A prática intensifica-se na semana que antecede à Páscoa, principalmente em Governador Celso Ramos, que recebeu o apelido de Capital Nacional da Farra do Boi. Na Páscoa de 2011, afora os relatos desse único boi que fugiu para o mar na quinta-feira santa, a prática parece ter sido contida na cidade. O 1º MotoPalmas foi um encontro nacional de motociclistas organizado pela prefeitura e pelo grupo Anjos da Liberdade com o intuito de substituir a brincadeira. Porém, apesar do evento de motos e da articulação da Polícia Militar (PM), a fachada do prédio da prefeitura estava

protegida com barricadas de madeira, normalmente armadas para evitar que o animal desnorreado quebre portas de vidro.

A UFSC no roteiro

Entre janeiro e abril desse ano, foram registradas pela PM 189 ocorrências de Farra do Boi no estado de Santa Catarina. Dessas, 19 foram no Pantanal, Florianópolis. O bairro é vizinho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e uma das primeiras opções de residência para estudantes que vêm de outros estados. A própria Moradia Estudantil da UFSC fica a poucos metros do morro, na Av. Desembargador Vitor Lima. Aliás, o Módulo I da moradia, a chamada Casa da Floresta, tem uma história própria a contar.

Era véspera de natal, domingo, 19 de dezembro de 2010. “Eu achei que era briga de gangue, que tivesse descido bandido da favela.” A moradora do edifício Manhattan, terreno em frente à moradia, não poderia imaginar que as 40 pessoas jogando pedras em oito estudantes eram parte de um grupo de farristas que perseguia um boi solto a três quilômetros dali, na Rua Rosa, topo do morro do Pantanal. O animal fugiu morro abaixo, cruzou a Av. Dep. Antonio Edu Vieira, a 300 metros do posto da Polícia Militar, ficou por 20 minutos encurralado em frente à Creche São Francisco de Assis, na Serrinha, e entrou na UFSC derrubando o portão de acesso ao prédio da faculdade de Química.

Os farristas foram alertados pelo flash da câmera dos alunos e, por medo de terem provas produzidas contra eles, os agrediram com pedras. Aqui, os relatos se confundem. Alguns dizem que os estudantes ameaçaram chamar a polícia e a imprensa. Outros, acusam: os agressores teriam tocado no assunto, aos gritos. Minutos após o confronto, alguns dos farristas invadiram a moradia e roubaram todos os aparelhos que poderiam captar imagens (câmeras e celulares). “A polícia só chegou quando o boi entrou na UFSC, porque é área federal e pode dar problema para eles.”

Já eram quase 5h da manhã quando os acadêmicos foram colocados nas viaturas da polícia e levados, ao lado de alguns farristas, para a delegacia prestar depoimento e registrar o Boletim de Ocorrência (BO). No documento, consta que foi o animal, e não os “brincantes”, que invadiu a moradia. Os alunos tiveram, então, de reconhecer cara a cara os autores do crime. Os equipamentos não foram recuperados e eles se negaram a falar sobre o assunto. Testemunhas relatam que o reitor Álvaro Prata teria ido, na segunda-feira, à moradia e requisitado a única cópia do BO que os

estudantes tinham. O reitor diz que a informação não procede: “Não sabia nem que tinha sido registrado um Boletim de Ocorrência. Foi um episódio lamentável que pôs em risco os estudantes. Hoje a gente tá sujeito a isso, infelizmente”.

Convivência e prejuízos

A farra do boi do Pantanal é organizada por um grupo de 50 pessoas lideradas por um homem baixo e calvo, o *Chumbaca*. Os membros contribuem com 20 reais por mês para soltar o animal. Em datas festivas como Natal, Páscoa e aniversários, pagam mais do que o usual. Aliás, soltar o boi, não; soltar a vaca. As fêmeas são mais baratas, vindas de Tijucas, e variam de 5 a 6 mil reais. Os machos podem valer até 10 mil reais, como aquele que o traficante *Réto* deu de presente ao grupo, há 90 dias. O animal chega em um caminhão frete dirigido pelo *Pêto*, “brinca até cansar”, e é levado de volta para o pasto. Depois de dois ou três meses de recesso para se recuperar do cansaço, pode ser usado em uma nova “brincadeira”.

No começo do ano, um boi foi parar no túnel da Beira Mar, e a farra continuou no canteiro do meio fio. Ano passado, um animal derrubou o portão de uma casa na Rua Vereador Frederico Veras, no Pantanal. “Eu lembro de uma vez, há cinco anos, que veio um batendo ali naquele portão. Mas esse que derrubou, não lembro. Já desceram tantos, não dá pra ficar lembrando...”.

A festa começa à noite, com cerveja, bebida e papo jogado fora nos bares da Av. Edu Vieira. Segue para um terreno baldio na Rua Rosa ou um dos três mangueirões da Rua Antonio Francisco da Silveira, cujo acesso fica ao lado do Posto de Saúde, a 100m do 4º Batalhão da PM. “Quando polícia vem, é para pedir para segurar o boi no mangueirão, não deixar ‘cair na estrada’. Teve vez que a polícia até avisou para não soltar, mas era porque o batalhão tático tava avisado que ia ter boi. Eles ali do Pantanal são tudo amigo dos farristas”, revela uma testemunha.

“Só lembro de uma vez que pararam a festa. A vaca derrubou o PM no chão, o cara se irritou e deu um tiro na cabeça dela. Teve uma mulher que tentou impedir, e o policial perguntou se ela era parente do bicho, porque ‘eram parecidas’.” O crânio do animal ficou exposto como troféu por dois meses nas palmeiras do pátio da PM.

Giovanna Chinellato
giovanna@chinellato.com.br

LEI FEDERAL Nº 9.605, ART. 32.

Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Fotos: Marcos Medeiros



ABANDONO

Descompromisso com a população abre espaço para a criminalidade

Durante seus 15 anos de existência, o Parque Ecológico não atendeu aos objetivos: ser um lugar de pesquisa e lazer

As folhas secas, a vegetação rasteira e um portal de boas-vindas com os escritos "Sabrina e Luska" anunciam a entrada de um Parque Ecológico que existe há 15 anos. A área, com cerca de 90 mil metros quadrados, é localizada a 300 metros da Praça 7 de Setembro, no centro de Palhoça. Quando foi criado, o objetivo era ser um ambiente de lazer e pesquisa científica. O que já foi uma área habitada por patos, peixes e cavalos, com açudes e árvores frutíferas, hoje é frequentado por mendigos, usuários de drogas e serve até como motel. O espaço também é visitado por crianças em horário de aula. Os buracos de meio metro de profundidade, o lixo que toma conta da estrada e o histórico de brigas e assaltos afastam a comunidade. Mesmo assim, Danilo Netto Al Cici, superintendente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente (FCAM), órgão responsável pelo desenvolvimento e preservação do Parque, é otimista: "hoje está muito melhor."

A FCAM havia entrado com um projeto para reforma do Parque, orçado em R\$ 400 mil, através dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1), geridos pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Antes que a proposta fosse aprovada, para a posterior abertura de licitação, o Governo Federal cancelou todos os pedidos de verba pelo programa. No projeto estava previsto: construção da sede da FCAM, estacionamento, guarita, jardins ao longo da única estrada de terra que dá acesso ao lugar e área para exercícios. Al Cici avalia que o cancelamento do PAC1 fez desacelerar o processo de reforma por falta de verbas. "A saída agora é pedir apoio às instituições privadas", salienta.

O decreto nº 428/96, assinado pelo então prefeito, Reinaldo Weingartner, criou no dia 13 de maio de 1996 o Parque Ecológico e Municipal de Palhoça. O espaço, que era propriedade privada, foi tomado pela União. Além disso, desde 1993, a Secretaria de Meio Ambiente e Habitação do município, hoje FCAM, em conjunto com a Fundação do Meio Ambiente (Fatma), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Promotoria da Coletividade discutiam a demarcação da área de mangue da cidade, fato que também motivou a abertura do Parque.

A área, da União, foi doada para o município no

regime de Cessão de Uso Gratuito, que é quando a Prefeitura utiliza o imóvel para fim específico. Neste caso, um parque ecológico. Esta cessão é feita pelo Estado para lugares e construções que sejam de caráter educacional, cultural, ambiental ou de assistência social. O Parque foi criado como Área de Preservação Permanente (APP) e tinha o prazo de 90 dias, a partir da data de sua criação, para a demarcação do local com mourões. A Prefeitura cumpriu o prazo, mas ainda hoje não sabe informar a dimensão total do espaço.

O Parque se estende desde o bairro Ponte do Imarum até a Ponta do Tomé, na Barra do Aririú. Isso faz com que o mangue se ligue à praia. A estimativa é que na área caibam dez campos como o do Estádio Maracanã. Para o superintendente da FCAM, a demarcação de todo o espaço será feita após a reforma, mas ainda não há data para que as melhorias sejam concluídas.

Sentimento de insegurança

As atividades educativas, de lazer e recreação previstas desde 1996 ainda estão no papel. Os moradores da rua Belarmino Antônio da Silva, que dá acesso à



PONTO DE ENCONTRO

O local é frequentado por mendigos e usuários de drogas



entrada do Parque, garantem que o lugar era melhor antes de passar para a Prefeitura. Mesmo vivendo há 18 anos a 200 metros da entrada, faz muito tempo que G. não frequenta o local, como fazia aos domingos, quando ainda era propriedade particular. Para a moradora, “isso não é mais um parque, é um matagal. A gente vê crianças de escola passando lá pra trás e fumantes aqui na frente já acendendo o cigarro de maconha. Quando passam adultos sem ser desse estilo, são casais. Quatro horas da tarde tu pegas bastante gente ali”, desabafa.

O sentimento de insegurança é compartilhado por Marcos Medeiros, que mora no local há 11 anos. “Eu até vou lá atrás, mas vou com medo, porque a gente não sabe o que vai encontrar”. Ele admite que o lugar já melhorou por causa da ação da Polícia Militar (PM), mas continua sendo ponto de encontro da “maconheirada”. “Eu já liguei diversas vezes para o 190. Eles até vêm, correm com os malas, mas não há uma fiscalização constante.” O morador ainda ressalta que algumas vezes a polícia não encontra ninguém, porque “utilizam trilhas para se esconder”.

O Comandante da PM de Palhoça Aureo Sandro Cardoso afirma que as rondas no local são feitas como em qualquer outro espaço público. Não há um plano de vigilância exclusivo para o Parque e, como é um “lugar não tão visto, só com as denúncias dos moradores para que ocorra a ronda da PM.” Com relação ao uso de drogas, o comandante avalia: “como, infelizmente, já virou algo corriqueiro, não tem como dizer que isto não esteja acontecendo lá também.”

Descaso das autoridades

Os 300 metros possíveis de caminhada por dentro do Parque revelam o abandono. Logo na entrada, o visitante se depara com a impossibilidade de seguir o passeio de carro. Os buracos na estrada de chão chegam a ter meio metro de profundidade. Um pouco mais adiante é possível encontrar três trilhas que levam a um lugar bonito, mas fechado pela mata. O Parque tem nove tanques onde se fazia criação de camarões, quando ainda era propriedade particular.

Uma das trilhas leva à beira de um tanque utilizado, geralmente, por pescadores. No açude podem ser encontradas tanhotas, robalo e siri. A cerca de cinco metros há também um banco. Na verdade, o único que sobrou dos 24 colocados por uma entidade religiosa. Medeiros não lembra ao certo, mas acredita que a doação foi há pelo menos quatro anos. O grupo, composto principalmente por crianças, também fez a limpeza do local. “Aquela igreja tirou plásticos, garrafas, vidro, encheram um caminhão de lixo. Hoje existe só um banco ali, os outros foram roubados, quebrados ou atirados dentro d’água”.

Os cuidados e preservação são motivos de insatisfação dos moradores. A última lembrança de limpeza, segundo Aldacir Cunha, esposa de Medeiros, foi quando a entidade religiosa atuou. No local podem ser vistos restos de móveis, garrafas e camisinhas. A moradora Zenaide Serafim diz que é frequente ver carroceiros de material reciclável jogando ali o que para eles não presta.

Danilo Al Cici confessa que já recebeu denúncias dos moradores. “Muitos deles ligam ou até vêm aqui para falar do uso de drogas e das relações sexuais”.

Ele assegura que mesmo o parque sendo administrado pela Fundação, a segurança do local é dever da PM. A Prefeitura faz limpezas frequentes no Parque. A última melhoria foi a colocação de uma cerca, por determinação do Ministério Público, para demarcar o local.

A maioria das pessoas que frequentam o Parque é adulta. Para G., “o local se tornou um lugar para onde as pessoas vão fumar maconha e fazer sexo”. Além deles, é comum ver crianças de uniforme e em horário escolar. “Eu fui na escola e falei para a diretora alertar as mães, porque mãe não sabe. A gente pensa que o filho está na escola, porque tá de uniforme.” G. ressalta que a idade desses meninos varia de oito a 15 anos.

Como forma de controlar a entrada de crianças, Medeiros afirma que as ligações para a PM eram frequentes, quando ainda havia grande movimento de alunos, há cerca de dois anos. Ele acredita que a circulação tenha caído não somente pela ação da Polícia como também pelo medo desencadeado com a presença de outros visitantes.

As ocorrências de roubos, apesar de poucas, são curiosas. O cunhado de Zenaide teve o carro roubado há dois anos no bairro Ponte do Imaruim, e a PM encontrou o automóvel no Parque, sem algumas peças. Ela conta que sua casa já foi assaltada quatro vezes. Em uma delas, “levaram 16 mil reais em jóias”. Eles ainda retiraram tudo o que ela tinha em casa, “até a roupa de cama”, lamenta.

Os casos de violência também são contados por G.. Ela lembra que, certa vez, sua família foi surpreendida por um motoqueiro que passou em direção ao Parque com uma mulher gritando na garupa.

Quando o seu marido chegou ao local, a mulher já estava sem roupa, e “o homem estava batendo nela, espancando, mas a polícia não conseguiu chegar a tempo”.

Esperança de todos

As perspectivas dos moradores são pouco otimistas quanto ao futuro do lugar. Medeiros protesta: “este lugar, que já foi utilizado como pista de aeromodelismo e largaram porque toda a estrutura foi quebrada, vai fechar de novo. O mato tomará conta, e vai virar um mangue fechado sem possibilidade de entrar novamente.” G. conta que, quando o lugar era propriedade particular, “foi várias vezes passar o dia, era tudo muito limpinho. Na beirada da rua era tudo flor de eucalipto desde a entrada.” Ela acredita que o parque vai virar um matagal e completa dizendo que, “no fim, até perde as esperanças, porque já foi denunciado, já foi feita tanta coisa e ninguém faz nada”.

Para o superintendente da FCAM, o primeiro passo já foi dado. Ele assegura que, “já neste mês (julho), R\$ 150 mil serão utilizados na inserção de cerca baixa de eucalipto e corda ao longo do acesso entre a vegetação e o passeio público, além da terraplanagem da estrada de chão”. Dentro destas melhorias, que serão feitas como compensação ambiental de uma multinacional, também está programada a instalação de 30 bancos. A

Marcos Medeiros



previsão é que a obra acabe até o fim de agosto.

Em 2008, a bióloga Juliana dos Santos fez seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na UFSC sobre o Parque. No TCC, Juliana coloca suas perspectivas em forma de poesia. No texto, a bióloga diz que “mesmo que para muitos este lugar só sirva para passar, para esconder, para sujar/ Mesmo que muitas vezes este lugar permaneça esquecido por tantos/ Esse lugar continua lá, para quem sabe olhar...”

HORA DA AULA

Muitos estudantes vão ao Parque em vez da escola

Géssica Silva
gessica.silvasc@gmail.com

A visão através do olfato

Desrespeito à lei por parte do Estado e de empresas dificulta a vida e a locomoção de deficientes visuais na Capital catarinense

“**P**ara um cego um silêncio total ao seu redor é como para nós um abismo tenebroso que nos separa do resto do universo. Não sabe a que ater-se, todos os seus vínculos com o mundo exterior foram abolidos nessas trevas dos cegos que é o silêncio absoluto. Têm de estar atentos ao mínimo ruído, o perigo os acossa por todos os lados”. A imagem é do escritor argentino Ernesto Sábato (*Sobre heróis e tumbas*) e traduz precisamente o grau de dificuldade dos deficientes visuais que transitam pelos espaços públicos. Um mundo no qual a ausência da visão obriga o uso dos outros sentidos para o deslocamento. O jornalista Valdir Cachoeira, 53, que perdeu totalmente a visão em 2000, utiliza o olfato para andar e se localizar nas ruas de Florianópolis. “A gente aprende a viver com referência. Então, quem não enxerga, tem que trabalhar com vento, cheiro, perfume. Onde tem cheiro de pão é em tal rua que tem que virar. Assim a gente vai construindo”.

Ao deslocar-se no Centro com sua bengala, Cachoeira está próximo de uma poça. O problema é que nunca tem certeza de onde está colocando o pé. Nesse caso, não há sinalização no chão, nem alguém que auxilie na sua condução. Assim, ele pisa na poça e molha o sapato e a calça. Continua o caminho, mas tem mais um obstáculo: atravessar a rua. Segurando o braço de um acompanhante, ele a atravessa enquanto um carro passa em alta velocidade e quase derruba a

em dezembro de 2004, a Lei da Acessibilidade. Entre as determinações, destaca-se que a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos de uso público e privado, a partir daquela data, deveriam ter como referência as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Entretanto, em Florianópolis há apenas dois lugares que seguem essas regras: a Praça Governador Celso Ramos e a Rua Vidal Ramos, respectivamente nos bairros Agrônômica e Centro.

Ajuste de conduta

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), criado em 2007, atua como instância de apoio no âmbito municipal para os casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando houver ameaça ou violação de direitos dos deficientes. Um exemplo é o caso do Terminal Rita Maria. No começo de março deste ano, foi encaminhado um processo para melhorar a acessibilidade do local, uma vez que faltava piso tátil no acesso ao terminal e internamente. O Departamento de Transportes e Terminais (DETER), responsável pela obra, tinha até então um prazo de 15 dias após o recebimento do processo, que ocorreu no dia 13 de abril, para se manifestar sobre o assunto. Maria Zélia Goulart, funcionária do gabinete da presidência do DETER informou que o projeto para a implantação foi encaminhado só no dia 28 de junho ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e esperava ser aprovado até meados de julho.

Os shoppings Beira Mar, Floripa e Iguatemi são também espaços de uso público que ainda não estão adequados à lei. Em 30 de junho de 2010, as empresas assinaram Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), perante o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), se comprometendo a adequar seus estabelecimentos para garantir pleno acesso às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida até dezembro deste ano. Com a assinatura dos TACs, os centros comerciais deverão adequar todas as áreas externas e internas às legislações municipal, estadual e federal que dizem respeito à acessibilidade dos espaços de uso coletivo.

Frederico Cruz, arquiteto do shopping Beira Mar, garantiu que as calçadas do entorno do prédio já estão adaptadas com pisos táteis e rampas e que as garagens possuem número adequado de vagas reservadas para deficientes. “Na parte interna, o projeto para colocação de pisos, placas e botões do elevador em braille, além de áreas específicas para atendimentos de deficientes, também já foi aprovado”, acrescenta.

A assessoria de imprensa do shopping Iguatemi confirma que todos os itens do TAC firmado pelo empreendimento serão cumpridos até novembro deste ano. Entre as obras já orçadas estão o recebimento de piso tátil em alguns espaços internos, a sinalização em escadas e elevadores (braille) e mapa tátil direcional. “As obras começam em 30 dias e contarão com o acompanhamento de um engenheiro e um arquiteto com experiência em adequação de complexos comerciais de grande porte no quesito acessibilidade”, explica a jornalista Deborah Almada.

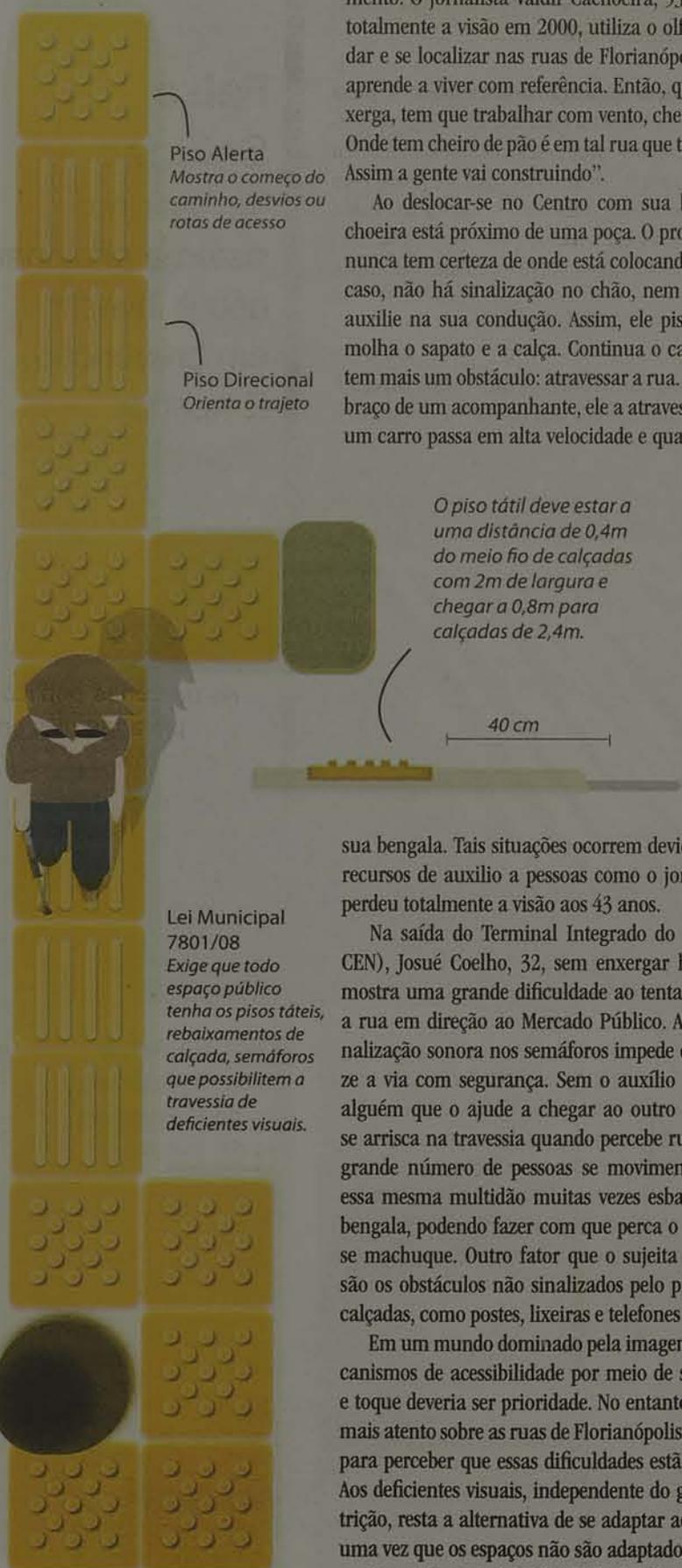
O Floripa Shopping informou, através de sua assessoria, que já está executando as adequações na área interna e externa do empreendimento. Entre as melhorias estão: colocação de rampas nas áreas de acesso ao shopping e pontos de ônibus, piso podotátil, placas indicativas com informações gerais e em braille em toda área de circulação, banheiros e elevadores, botoeira para chamada de atendimento e instalação de portas automáticas em todos os acessos do estacionamento e ao estabelecimento. “O centro comercial recebeu a visita de um grupo de alunos cegos que puderam conferir e utilizar as adequações já implantadas. Pretendemos finalizar ainda em 2011”, acrescenta Fernanda Lucas, assessora de imprensa.

Carolina Franco e Jéssica Trombini
carol.limafranco@gmail.com
jehtrombini@hotmail.com

ESPAÇO URBANO

A sinalização para os deficientes é desrespeitada na cidade, tanto nas ruas quanto nos shoppings

Carolina Franco



Piso Alerta
Mostra o começo do caminho, desvios ou rotas de acesso

Piso Direcional
Orienta o trajeto

O piso tátil deve estar a uma distância de 0,4m do meio fio de calçadas com 2m de largura e chegar a 0,8m para calçadas de 2,4m.

40 cm

sua bengala. Tais situações ocorrem devido à falta de recursos de auxílio a pessoas como o jornalista, que perdeu totalmente a visão aos 43 anos.

Na saída do Terminal Integrado do Centro (TICEN), Josué Coelho, 32, sem enxergar há 16 anos, mostra uma grande dificuldade ao tentar atravessar a rua em direção ao Mercado Público. A falta de sinalização sonora nos semáforos impede que ele cruze a via com segurança. Sem o auxílio auditivo ou alguém que o ajude a chegar ao outro lado, ele só se arrisca na travessia quando percebe ruídos de um grande número de pessoas se movimentando. Mas essa mesma multidão muitas vezes esbarra em sua bengala, podendo fazer com que perca o equilíbrio e se machuque. Outro fator que o sujeita a acidentes são os obstáculos não sinalizados pelo piso tátil das calçadas, como postes, lixeiras e telefones públicos.

Em um mundo dominado pela imagem, criar mecanismos de acessibilidade por meio de sonorização e toque deveria ser prioridade. No entanto, um olhar mais atento sobre as ruas de Florianópolis é suficiente para perceber que essas dificuldades estão presentes. Aos deficientes visuais, independente do grau da restrição, resta a alternativa de se adaptar ao ambiente, uma vez que os espaços não são adaptados a eles.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou,



Penitenciária é um favelão

O descaso histórico do governo com o sistema prisional levou à atual situação de falta de estrutura e de policiais qualificados

Policia militar desde 1986 e aposentado de forma compulsória, em 2007, Amauri Soares é deputado estadual de Santa Catarina. Dos 21 anos em que trabalhou vestindo a farda, 15 foram na Penitenciária Estadual do bairro Trindade, na Companhia de Guarda que faz a segurança externa. Também prestou serviço por um ano na colônia penal, no município de Palhoça. Assim, a maior parte de sua vida profissional foi atuando no sistema prisional.

Em entrevista ao ZERO, o deputado Sargento Soares fala sobre as recentes fugas e rebeliões no sistema prisional catarinense e critica a omissão de governantes e as parcerias público-privadas nas gestões de presídios.

A penitenciária sempre foi como hoje, com guaritas desguarnecidas e ausência de muro de contenção?

Nós tínhamos, no começo da década de 1990, mais de 200 policiais militares na companhia de guarda. Quando saí de lá, em 2005, éramos 150 e hoje são 80 para a segurança externa, uma redução de quase 70%. E o número de presos dobrou no mesmo período. Tínhamos todas as guaritas ativadas 24 horas por dia e, hoje, não há efetivo para isso.

Em função das recentes fugas, o sistema prisional volta a ser questionado. Por que os problemas perduram?

É questionado porque o Estado não dá condições sequer de manter presos os indivíduos que o judiciário manda deixar na prisão. Falta estrutura de material e de pessoal. Investir no sistema prisional não é investir em prevenção. É apagar um incêndio. A sociedade deveria considerar cada preso uma derrota, pois mostra as falhas na educação familiar, no sistema econômico, a falta de emprego. Uma sociedade sem emprego garantido para os seus integrantes está fadada ao fracasso.

Nesses anos de trabalho na penitenciária da capital, dá para dizer que ela ficou obsoleta?

A penitenciária da Trindade é um "favelão". Ela foi construída na década de 30 e de lá pra cá foi emendada. São 13 guaritas, das quais quatro estão ativadas, quando não ficam só duas, dependendo do efetivo. A maioria dos ângulos de visão não são vigiados, pois a cada dois anos se faz um "puxadinho" impedindo a visão. Outro absurdo é o muro da frente. Quem passa na Rua Lauro Linhares e vê aquela muralha de pedra pensa que é uma coisa gigantesca. Do lado de fora são dois metros e meio, mas por dentro tem um metro e meio de altura, por conta do assoreamento. Para quem quer fugir não é quase nada. E não tem nenhuma "serpentina" (arame farpado), pode-se caminhar em cima do muro. Nos fundos não há nada. Quando cheguei, 20 anos atrás, havia um resto de alambrado de dois metros com vários buracos. Hoje não tem nada. Saindo da cela o preso está na rua, a não ser que esbarre em um policial. A penitenciária da capital parece coisa da Idade Média. Um preso sai correndo e nós saímos correndo atrás.

A falta de interesse em resolver questões de segurança nos presídios tem relação com o fato que muitos secretários não eram de carreira, e sim políticos?

Já tivemos secretários de carreira. Para mim, todos os secretários se omitiram, por que todos sabiam que havia esta situação. Mas todos que vão para lá são mandados pelo governador, que define as prioridades. Curiosamente, fizemos relatórios anos a fio sobre essas fragilidades e não obtivemos êxito em nenhuma das vezes.

Então o sistema prisional não parece ser prioridade dos últimos governos?

O descaso histórico do governo com o sistema prisional levou à situação que temos hoje. O Estado tira um indivíduo da liberdade e trancafia. Se deixar uma virgula de chance, ele vai fugir. Aliás, isso não é crime. Porque o princípio universal do direito entende que todos têm direito à liberdade. Prisão é uma medida de força que garante a segurança. E quem são os responsáveis por essas medidas são os órgãos, as instituições e os profissionais de segurança. É preciso garantir meios para não ser preciso colocar a mão no preso. Nos presídios construídos nos últimos 10 anos não existe contato físico entre agente prisional e preso. Ao contrário das prisões inseguras onde o contato facilita a rendição do agente e as fugas em massa.

Nos casos recentes de fugas, como dá a entender o discurso da secretária de Justiça e Cidadania, o muro é o único culpado?

O muro é só um detalhe. As fugas numerosas ocorreram por que o centro de triagem não deveria estar ali, construído num complexo sem a mínima estrutura de segurança. Buscou-se uma resposta simples e incorreta para um problema complexo e sem solução imediata.

A localização do centro de triagem dentro do terreno da penitenciária auxiliou a fuga de presos?

Com certeza. A localização tem tudo a ver com a fragilidade. Não querendo isentar nenhum governador nem secretário de segurança, mas uma cabeça iluminada de dentro do sistema sugeriu tal improvisação. Fizeram de tudo para economizar, principalmente servidores, por que o mesmo policial que cuida de 100, cuida de 500 presos, segundo a concepção desses políticos. Quiseram fazer o mesmo no complexo prisional de São Pedro de Alcântara. Só não conseguiram por que a população se rebelou. Então, optaram pela penitenciária da capital.

Ultimamente, o governo está propondo parceria público-privada para gerir presídios. Qual a sua opinião a respeito?

Sou contra. É um discurso enganador. A iniciativa privada

que ter lucro. Quem vai investir é o Estado. A imensa maioria dos presos quer trabalhar e o Estado oferece condições. O empresário não vai lá oferecer condições. Não venham me enganar, pois o empresário vai lá quando o Estado oferece condições. Constrói um complexo penitenciário que permite ter uma oficina com segurança relativa. É o caso do presídio industrial de Joinville. Lá funciona por que o Estado investiu e não pelo fato de ser administrado pela iniciativa privada. O governo teria que dar essa mesma condição estrutural em todos os presídios. Não somente para entregá-los à iniciativa privada.

Dizem que os índices de ressocialização nessas prisões são altos. É verdade?

Tem um pouco de enganação nesses números. O preso que foge de lá ou que sai mediante liberdade concedida por juiz e comete outro crime, não volta para lá. Vai para outro presídio próximo de onde foi preso. Para as estatísticas ele não reincidiu. Aí botam um índice minúsculo de reincidência para fazer propaganda ideológica de que a parceria público-privada é a solução.

Ressocializar é a solução?

Que o Estado dê condições para que o preso possa trabalhar. Um trabalho que seja produtivo, que possa se sentir útil para a vida pós-prisão e para a sociedade. Que tenha a possibilidade de estudar, e que tenha o acompanhamento de um psicólogo e de um assistente social. A maioria deles se ressocializa nessas condições. Isso é mais caro que educar um jovem.

Dirk Ruhland
dirkland@gmail.com

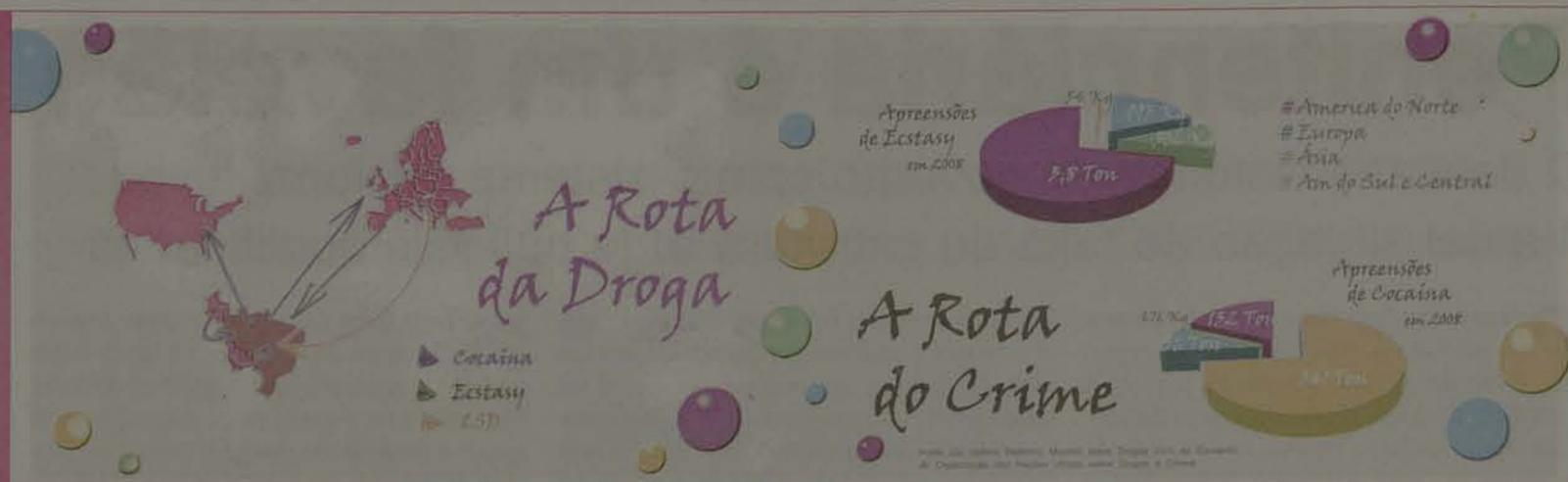
MÁ GESTÃO

Falsa Solução
"Investir no sistema prisional não é investir em prevenção. É apagar incêndio"

PROPAGANDA
As parcerias público-privadas utilizam estatísticas erradas para vender ideologia

Dirk Ruhland





A outra realidade da festa

Ecstasy, LSD e cocaína são as drogas preferidas nas baladas

Luzes coloridas, som alto, batidas marcantes. Muitos usam óculos escuros em plena madrugada. Pirulitos e garrafas d'água são acessórios comuns aos jovens que acompanham o ritmo da música. Na pista, os grandes casacos masculinos contrastam com as saias, shorts e tops curtos para um início de maio no sul do Brasil. Em 15 horas de festa, doze DJs se revezam no palco principal e outros doze no secundário.

A maioria dos que estão dançando freneticamente tem entre 18 e 30 anos, faixa etária comum a quem gosta de festas de música eletrônica que duram muitas horas, as *raves*. A garrafa d'água custa relativamente caro. Os mesmos R\$ 4 de uma lata de cerveja. Mas esta não tem grande procura. Todos querem hidratar o corpo.

O público é de classe média. O camarote, que seria o espaço mais caro do local, custa 80 reais. E está vazio. A pista, R\$ 40. Muitas festas universitárias costumam ser realizadas ali, na Life Club. Mas esta, a *Opion Another Reality* (Ópio Outra Realidade), vai além do trivial. As pessoas circulam até com notas estrangeiras pelo ambiente. E os seguranças são muito discretos. Tanto é que, na entrada, não fazem revista. Apenas recebem os ingressos e desejam boa festa.

Em teoria, MDMA (metilenodioximetanfetamina) e ecstasy são a mesma droga. Porém, para o consumidor, a primeira é mais pura. Alexandre* conta que, no festival de música eletrônica *Nokia Trends*, em São Paulo, foi apresentado ao MDMA pela namorada. A droga estava misturada na água que ela lhe entregou e ele bebeu muito e rápido. Assim, logo fez efeito, e Alexandre ficou bastante alterado, queria ir embora, estava inquieto. Permaneceram na festa e ele ficou alucinado com as luzes.

Ecstasy, LSD (dietilamida do ácido lisérgico) e cocaína estão entre as drogas mais consumidas em *raves*. Elas são escolhidas pela discrição do consumo e pelos efeitos. A "bala" (ecstasy) aumenta o estado de alerta, o interesse sexual, o bem estar físico e mental e retarda o sono e o cansaço. O "doce" (LSD) gera euforia, aflora os sentidos e altera a noção de tempo e espaço. Já a última, a popular coca ou "brilho", proporciona sensação de poder e perda do apetite e do medo. Todos esses efeitos são essenciais em festas que chegam a 24 horas. Da mesma forma que as drogas sintéticas trazem efeitos psicológicos, o organismo também é afetado. Esses entorpecentes desidra-

tam o corpo do usuário, o que justifica a necessidade exagerada de beber água. A garrafa de plástico alivia outro problema, assim como o pirulito: a sensação de estar "travado", a forte tensão muscular. Quanto às pupilas dilatadas, os óculos escuros as protegem do excesso de luz.

Assim como a heroína, que foi criada para ser uma alternativa menos viciante à morfina, a *bala* e o *doce* também surgiram para fins medicinais. Em busca de uma solução para o excesso de sangramento em partos, o LSD foi descoberto em 1938. Seus efeitos alucinógenos, no entanto, foram percebidos apenas cinco anos depois. O ecstasy teve seu primeiro uso em 1912, pelos militares, para evitar o sono e a fome. Na década de 1960, foi utilizado novamente para aumentar o desejo sexual e em sessões de psicoterapia.

O pequeno porte das drogas sintéticas facilita a entrada nas festas. É possível levar uma cartela inteira de *doce* no tênis. Ou então dezenas de comprimidos de ecstasy na carteira. Tem até os criativos que escondem sua passagem para o mundo encantado no pano que prende o cabelo. Ainda há a opção de existir convivência dos seguranças, que não querem barrar clientes e depois ouvir reclamações do proprietário da casa.

Rotas do tráfico

O esquema era fácil. Comprar cocaína de qualidade, vinda da Colômbia ou da Bolívia, e levar para a Europa. De lá, trazer ecstasy, LSD e *skunk* - uma forma mais potente da maconha. Para fazer a conexão, jovens de classe alta, sem antecedentes criminais, que dominam duas ou três línguas, e de preferência com passaportes ou vistos europeus. Assim, chamaria a mínima atenção possível. No mesmo estilo de João Estrela, de *Meu nome não é Johnny*. Esse era o plano perfeito do piloto de parapente Rodrigo Goulart. Mas, para ele, não deu muito certo. Hoje está condenado à morte na Indonésia, após ser preso com 6 quilos de cocaína escondidos em seu equipamento esportivo.

Para fugir da rota Rio-São Paulo, tão vigiada pela Polícia Federal (PF), o grupo veio para Florianópolis aliciar novas "mulas", aqueles que levam e trazem a droga. O custo de vida mais caro e a quantidade de surfistas ajudaram na escolha. Tanto é que passaram a ser produzidas até

pranchas de surf com compartimento destinado ao transporte. Quando os catarinenses resolveram se desmembrar do antigo grupo, a PF realizou a Operação Playboy, em fevereiro de 2005, em que sete praticantes de voo livre foram presos.

Nos últimos anos, depois de Florianópolis ficar visada pela polícia, novos caminhos tiveram que ser criados. Os pontos de saída passaram a ser Fortaleza, Recife e Belo Horizonte. Em abril, por exemplo, a mineira Mariane Gomes foi presa em Pernambuco quando tentava embarcar com 4,7 quilos de cocaína escondidos na mala. O destino, diferentemente das habituais Holanda e Espanha, era Bruxelas. A PF, porém, continua atuando em operações como a Nocaut, que prendeu 32 pessoas, e a Trilha Albis, com 19 prisões, sendo cinco em Santa Catarina.

Em agosto de 2009 um laboratório em Imaruá, sul do estado, foi desativado. Em pouco mais de um ano ele fabricou cerca de 2 milhões de comprimidos de ecstasy. Estima-se que foi a maior produção já descoberta pela polícia no Brasil. Um estudante de química paranaense era o fabricante, e aparecia na chácara de tempos em tempos para acompanhar o processo, além de cuidar das 30 plantas de maconha e do refino de cocaína.

Baladas

A festa é de elite. Lugar? Pacha, rede de casas noturnas com filiais em todo o mundo, inclusive na Espanha. O ingresso mais barato, para os homens, custa R\$ 50, para ficar na pista, em meio a uma multidão. E, para ver e não somente escutar o DJ Christian Luke, muita gente paga bem mais que essa quantia. Um senhor de meia idade, que desembolsou no mínimo R\$ 2 mil para ter um camarote privativo, dança alucinadamente. Vai de um canto a outro, fala com mulheres desconhecidas. Não é efeito só do álcool. Sempre com um segurança por perto, tomando conta de tudo.

As festas rendem muitas histórias. Caio Cezar, fotógrafo e músico, pode ficar horas na mesa do bar contando. Há muito anos na vida noturna, lembra da vez em que o segurança da balada, um policial civil em horário de folga, confiscou de um conhecido seu uma "bola" de *skunk*. Depois de expulsá-lo da festa, o leão de chácara precisava dar fim à droga. Presenteou, então, o amigo fotógrafo. Teve outra vez em que tirou fotos, à pedido, de um abastado cliente da casa acompanhado de um traficante local. Na manhã seguinte, a colunista para quem havia mandado a imagem ligou e perguntou se o profissional tratara a fotografia. Quando foi conferir, viu a "placa" de cocaína no nariz do ricoço.

*Nome fictício

Patricia Pamplona e Wesley Klimpel
patipamplona3@gmail.com
wesleyklimpel@gmail.com